

Assegurar A Participação Do Povo Nas Eleições

A medida que se aproxima o pleito eleitoral de 3 de outubro próximo, torna-se mais evidente a disposição em que se encontram largos setores do povo brasileiro de utilizar as eleições para manifestar o seu patriótico protesto contra a política de Vargas e impor, nas urnas, a vitória das forças democráticas, elegendo os candidatos apresentados pelos comunistas e seus aliados. Brillante e significativa demonstração desse propósito foi o memorável ato de lançamento dos candidatos aos quais o povo carioca irá dar os seus votos.

A decisão que anima a camadas cada vez mais vastas do povo de fazer uso da arma do voto para derrotar a política de entrega do país aos monopolistas ianques, de fome e violência contra o povo, leva ao desespero crescente o Governo de Vargas e, com ele, a minoria de generais fascistas e políticos reacionários, serviais dos magnatas norte-americanos. Procuram os inimigos do povo, por todos os meios, mesmo os mais ignóbeis, excluir os candidatos populares do prélio eleitoral de outubro e, inclusive, impedir a realização das próprias eleições.

A mais recente, e também mais indecorosa manobra nesse sentido foi a aprovação, pelo Senado, na Lei Eleitoral, de um dispositivo ditado pela embaixada ianque e apresentado pelo negociista-senador Dario Carlos, segundo o qual ficam casados os direitos eleitorais de uma considerável parcela da população brasileira — os homens e mulheres que se recusam a eleger os seus algozes e se dispõem a sufragar os candidatos realmente dignos de sua confiança. Não é mais preciso aduzir qualquer comentário sobre a berrante inconstitucionalidade desse dispositivo quando foi o seu próprio autor que confessou, sem qualquer escrúpulo, ter agido como um simples porta-voz do Catete e do grupelho de generais fascistas.

É necessário lembrar, no entanto, que a última palavra, nesta como em outras questões, não será dada pelos reacionários e traidores da pátria, mas sim pelo povo, pelas forças patrióticas e democráticas, cujo poderio cresce dia a dia, sem cessar. Já na entrevista em que definiu a posição dos comunistas diante das eleições, disse Prestes que «contra esse punhado de traidores existem tôdas as condições de unir brasileiros de tôdas as classes e camadas sociais, independentemente de crenças e opiniões políticas e sejam quais forem os partidos a que pertençam». Sim, o povo fará prevalecer a sua vontade e imporá o respeito às garantias inscritas na Constituição da República!

Em vez de conseguir, como pretende, afastar da campanha eleitoral os comunistas e seus aliados, — o novo e infame atentado ao povo e à Constituição, perpetrado pelo Governo de Vargas, é um motivo a mais para que as forças democráticas, em particular os comunistas, se lancem na batalha política das eleições com tôdas as suas energias, realizando uma campanha eleitoral de excepcional envergadura, sem precedentes em nosso país. A grande tarefa consiste em responder aos inimigos do povo desencadeando, em todo o país, um amplo e vigoroso movimento de massas exigindo da Câmara a rejeição do artigo 33 da Lei Eleitoral. Ao mesmo tempo, urge intensificar ainda mais o distamento de novos eleitores, a instalação de postos e escritórios, a propaganda dos candidatos populares e suas plataformas, congregando enfim as mais amplas forças patrióticas numa poderosa frente-única eleitoral, que condene ao fracasso as manobras anti-democráticas de Vargas e imponha, nas urnas, a vitória da vontade popular.

Vargas e seus amos norte-americanos podem ser e serão derrotados. Lutando tenzamente, organizando-se e unindo-se cada vez mais o povo brasileiro afastará todos os obstáculos à sua participação no pleito de outubro e garantirá a vitória de seus candidatos — os candidatos populares.

VOZ OPERÁRIA

N.º 266 ☆ Rio de Janeiro 19 de Junho de 1954

INTENSA ATIVIDADE ELEITORAL EM RESPOSTA AOS CASSA-VOTOS

— Reportagem na página 9 —



Na Mão de um Monopólio
lanque a Chave da
Indústria Nacional

— Leia reportagem na página central —

NÊSTE NÚMERO:

- ☆ PODE SER IMPEDIDA A AGRESSÃO À GUATEMALA (página 2)
- ☆ UNIDADE CONTINENTAL CONTRA O COLONIALISMO IANQUE (página 3)
- ☆ PLATAFORMA DE UNIDADE DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (página 10)
- ☆ UMA CASCATA DE CENTRAIS HIDRELÉTRICAS NA SIBÉRIA (página 12)

Pode Ser Impedida A Agressão à Guatemala

Quem Dificulta o Cessar-fogo na Indochina?

A REUNIAO da chamada Organização dos Estados Americanos (solicitada) pelo Departamento de Estado não é para decidir sobre a Guatemala. É para deliberar contra a Guatemala e contra todos os países do hemisfério. Pelo mecanismo da Conferência a Guatemala não terá sequer direito a voto. Alguns governos títeres já responderam favoravelmente à proposta norte-americana. Entre esses, o de Getúlio que tem desempenhado em seus quase vinte anos de governo o papel mais repulsivo de quantos já foram presenciados em nossa pátria. Para os americanos, a intervenção deve ser feita pelos votos dos países escravizados. Para isso criaram a União Pan-Americana e a Organização dos Estados Americanos. Querem, agora, fazê-las funcionar com a maior rapidez possível.

Não existe nenhuma questão internacional suscitada pela Guatemala, a ser discutida em Montevideu. Há, isso sim, um governo democrático que aplica as leis de seu país, restringindo (apenas restringindo) o poder dos trustes que sempre a dominaram. No passado, os americanos classificavam de comunistas todos quantos se batiam contra as ditaduras sanguinárias como a de Ubico, servida da *United Fruit*. Hoje, comunistas são todos os que defendem o governo legal da Guatemala, que não se deixa subordinar pela companhia estrangeira. Arévalo passou a ser erismado de comunista assim que se opôs à «frutera». Os comunistas, é claro, cumprem com honra e dedicação seu dever de patriotas. Lutam contra o imperialismo americano, mobilizam as massas contra a reação interna e externa e apóiam o governo democrático, embora não participem do Ministério.

Um Precedente Contra os Povos

A intervenção na Guatemala criaria um precedente «legal» para usar os métodos internacionalistas mais abertos em todos os países. Procura-se liquidar o pouco de soberania que ainda temos. Amanhã, quando se quiser restringir a ação de qualquer truste americano em nossa terra, o mesmo «princípio», será invocado, e poderão utilizar contra nós o mesmo mecanismo. Não apenas nesse caso, mas em qualquer outro que fira os interesses dos trustes. Não foi, aliás, por acaso, que o «New York Times» declarou textualmente em recente editorial que o caso da Guatemala «não deve fazer com que percamos de vista os outros acontecimentos que se passam atualmente na América do Sul», como o «movimento» contra Vargas no Brasil.

O REGIME GUATEMALTECO

A Guatemala não é um país comunista. Mas, se o fosse isso seria um assunto puramente de ordem interna. Nossos povos não têm de indagar aos milionários americanos qual o caminho que devem trilhar, do mesmo modo que não perguntamos, no passado, aos colonialistas portugueses e espanhóis se lhes convinha nossa independência.

Bloqueio não declarado

Os americanos não reconhecem nenhuma lei internacional quando se trata de seus designios sinistros. E isso pode ser comprovado a cada passo.

Ainda agora estabeleceram o bloqueio não declarado contra a Guatemala. Segundo a *United Press* dois processos estão sendo usados: os navios de guerra e submarinos americanos vigiam todo navio «suspeito» que se dirige à Guatemala; «quando se suspeita que conduzem armas exige-se que façam escala em algum porto conveniente para serem registrados e examinada a tripulação». Vários navios já foram vistoriados.

Com a conivência das outras potências imperialistas, como a Inglaterra exerce-se em todo o mundo capitalista essa «vigilância» contra a Guatemala para impedi-la de manter forças armadas capazes de resistir à agressão. Assim foi em Hamburgo. Um carregamento de 16 caixotes foi apreendido. As próprias autoridades ame-

ricanas reconhecem que a carga era legal, comprada na Suíça e constante de granadas de exercício, sem impacto explosivo. O motivo alegado foi o mais cínico possível: os funcionários americanos explicaram que o carregamento foi detido «porque o governo dos Estados Unidos não quer que entrem na Guatemala essas granadas».

É possível impedir a intervenção

Apesar da conivência dos governos fantoches e do domínio exercido pelo imperialismo americano no hemisfério, é possível impedir a realização da conferência planejada e, caso ela venha a processar-se, barrar os planos intervencionistas.

A imprensa venal procura criar um clima derrotista, pois para isso é paga. Mas o simples fato de a democrática Guatemala resistir, há oito anos, às ameaças de intervenção e aos golpes tramados dentro de suas fronteiras pelos serviços do im-



O canibal Dulles

perialismo, demonstra que o caminho para o imperialismo é difícil e pode ser tornado intransitável.

Nenhuma pessoa que realmente ame sua pátria está de acordo com a política intervencionista norte-americana. Sob a pressão de forças sempre crescentes, mesmo os laços que compareceram a Caracas viram-se obrigados a resistir a certas exigências do Departamento de Estado. Isso significa que se for feita uma mobilização ainda maior, os trustes podem sofrer uma amarga derrota.

As outras contingências internacionais não deixarão, também, de exercer sua influência contrária às pretensões dos trustes americanos.

O Brasil tem, como o maior país do continente, uma responsabilidade imensa na luta contra a agressão imperialista neste hemisfério.

O povo da Guatemala, firme em torno de seu governo, suporta com firmeza as novas ameaças e defende com honra a liberdade de sua pátria. Luta por uma causa comum. Que seja comum o esforço pela vitória!

ANTES DE GENEVRA, duas tendências estavam bem marcadas nos países democráticos, representados pela URSS, China, República Popular do Viet-Nam e República Democrática Popular da Coreia, tudo fazendo para que a Conferência se realizasse, e chegasse a bom termo: a diplomacia americana exercia sua pressão para evitar sequer o início dos debates.

Quando esses se abriram, as mesmas tendências tomaram novas formas: de um lado, o campo democrático a apresentar propostas concretas; de outro, os americanos, franceses, singapuristas e baodistas negando-se a apresentar propostas discutíveis e usando termos de ultimato.

Esses os motivos das dificuldades de que progredia a reunião. Agora, para os americanos, trata-se de encerrar a Conferência e dá-la por malograda, numa tentativa de impedir qualquer acordo. Mas como não querem assumir a responsabilidade da sabotagem contra a paz, inventam pretextos e acusam os países democráticos.

Para a Indochina experimenta-se a acusação de que tudo se deve à intransigência da URSS e de seus aliados na questão do Laos e do Camboja. O que há, realmente?

Como se sabe, o representante da República Popular do Viet-Nam apresentou propostas concretas nas quais se incluem a cessação do fogo, o estabelecimento de zonas de reagrupamento, a realização de eleições livres e democráticas e o reconhecimento da independência do Viet-Nam, do Laos e da Camboja, cujos governos estão, no entanto, dispostos a estudar sua permanência na União Francesa na base da igualdade de direitos.

Bidaul recusou de pronto a discussão de problemas políticos, embora a conferência seja essencialmente política. Para facilitar os entendimentos, impedindo a estagnação da Conferência, os países democráticos aceitaram a discussão do problema militar: iniciaram-se os contatos para a demarcação das zonas de reagrupamento, entre os representantes do comando francês e vietnamita. Os franceses, por ordem dos americanos, trataram de erguer novos obstáculos, apresentando entre outras duas questões: a) cessação do fogo, para posterior discussão das zonas de reagrupamento; b) retirada de todas as forças que operam no Laos e no Khmer, a pretexto que seriam apenas forças vietnamitas.

Sabe-se que as forças patrióticas estão em ofensiva no Viet-Nam e que os colonialistas franceses recebem duros golpes. Está claro, portanto, que primeiro é preciso estabelecer-se as zonas de reagrupamento para depois fazer a cessação do fogo. Não há na Indochina frente de batalha fixa, ao contrário do que se dera nos últimos meses de luta na Coreia, onde por isso mesmo, a cessação do fogo podia ser a preliminar. No caso presente, cessar fogo, significaria favorecer as operações militares dos colonialistas que, em seguida, negariam qualquer acordo quanto às zonas de reagrupamento.

Quanto a Laos e Khmer, em primeiro lugar, as forças patrióticas desses Estados não foram derrotadas em combate e não estão negociando rendição. Os governos que os dirigem procuram pôr fim à guerra por meio de negociações em que haja compreensão mútua. A invenção de que as tropas que operam nessas regiões são exclusivamente vietnamitas é mais um engodo dos imperialistas para embair a opinião pública menos avisada.



HO CHI MINH

Além disso é legítima e de acordo com todas as regras internacionais a atuação de forças vietnamitas nos territórios desses países, se tal se mostrar necessário ao desenvolvimento da guerra que o governo francês se recusa a encerrar. Em primeiro lugar, entre os governos do Laos, Khmer e Viet-Nam há uma aliança; em segundo lugar, as forças francesas utilizam territórios desses países para atacar o exército da República Popular do Viet-Nam.

Os argumentos dos imperialistas nada mais representam, portanto, do que uma tentativa de tapar o sol com a peneira. Os chanceleres da URSS e da China já declararam publicamente que a Conferência pode chegar ao êxito e que não existem motivos para liquidá-la. As tentativas de encerrar os debates não são mais do que um esforço títil para impedir a paz no Oriente no momento em que os povos daquela região infligem golpes decisivos aos imperialistas e quando os políticos partidários do prolongamento da guerra e da submissão aos Estados Unidos aceleram sua bancarrota.



O Significado da Crise Ministerial Francesa

DESENCADEOUSE a esperada crise ministerial francesa. A mudança de ministros nas diferentes pastas é, aliás, o aspecto mais gritante e perceptível da contradição cada vez maior que existe entre os governantes da França, desde 1947 submissos no varal do Departamento de Estado, e os interesses nacionais de todo o povo francês. O governo demissionário de Laniel manteve-se, por alguns meses, graças, principalmente à existência de uma maioria parlamentar espúria, fruto de uma lei fraudulenta. Sem essa lei americana nem teria sido possível formar-se um governo como o de Laniel.

O gabinete derrubado esteve várias vezes a ponto de ir a pique. Se não foi ao chão por um motivo interno — sua política de esfomeamento dos trabalhadores — isso se deve à traição dos dirigentes da Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos e da Força Operária que se recusaram a cumprir a exigência das massas nas grandes greves de agosto do ano passado e contribuíram, com isso, para que se pudessem desenvolver as manobras do M.R.P. e dos outros interessados em impedir a convocação extraordinária do Parlamento.

Agora, Laniel teve de renunciar por motivos de política externa, cuja mudança se impõe como o primeiro passo para remediar os males que afligem o país. A C.E.D. e a questão indochinesa, isto é, a colonização direta da França, no continente, e o prosseguimento de uma guerra colonizadora, na Ásia. Num caso, como no outro, são os americanos os grandes beneficiários.

A questão da C.E.D. é a questão determinante, no momento, na política francesa, acentuava Jacques Duclos em seu informe ao XIII Congresso do Partido Comunista Francês. Nem Bidaul, nem Laniel puderam negar, aliás, nos debates realizados, que, por detrás da questão indochinesa mantinha-se viva e tenaz oposição dos deputados à sua política de aprovação da Comunidade de Defesa da Europa.

Quando foram assinados os humilhantes Tratados de Bonn e de Paris, que permitem o amplo rearmamento da Alemanha de Adenauer e o comando americano completo sobre as forças armadas francesas, os comunistas foram os primeiros a medir forças com a reação e denunciar os «acordos» como uma nova carta de ocupação. Hoje, a avalanche que vai derrubando os diques erguidos pelos reacionários estrangeiros às exigências de uma política nacional francesa abrange todo o país. No dia 10 do mês corrente, a Comissão

de Relações Exteriores da Assembléia Nacional Francesa, por 24 votos contra 18, e duas abstenções, concluiu peremptoriamente pela rejeição do Tratado da C.E.D. É sintomático que deputados de todos os partidos nela representados tenham votado contra o «ponto de vista governamental, e sumamente importante a votação dos seis deputados socialistas (sobre nove), apesar da resolução do S.F.I.O. tornando obrigatório um veredicto favorável aos planos americanos. Essa rejeição dificulta a inscrição do assunto na ordem do dia da Assembléia.

A paz no Viet-Nam, o fim da guerra imunda, pesaram, como se sabe, decisivamente, no espírito dos deputados ao rejeitar o voto de confiança a Laniel. Pressionado pela opinião pública, mesmo certos parlamentares conhecidos por suas inclinações reacionárias não puderam confirmar o mandato a um governo que desenvolvia todos os esforços para ampliar e agravar o conflito da Indo-China, negociando diretamente a intervenção americana e utilizando Bidaul como o peão lanque no jogo destinado a impedir os entendimentos na Conferência de Genebra.

Assim, a crise ministerial que se desenvolve tem seu nó górdio na direção da política externa que é no momento a determinante de toda a política francesa.

Os politiquês franceses e os comentaristas políticos a sôdo especulam sobre a instabilidade dos governos da França e apontam esse fato como um mal insanável. Esquecem-se, porém, um «detalhe» decisivo: a instabilidade dos gabinetes franceses é devido à política antifrancesa de todos os governos que se sucedem em Paris, a partir de 1947. No momento em que o pedido de investidura e a ação governamental se basearem na rejeição da Comunidade Europeia de Defesa, na paz na Indo-China e numa política de paz e de progresso haverá maioria parlamentar, inclusive com os votos dos deputados do Partido Comunista Francês. E qualquer perigo eventual que deva correr um governo realmente nacional, será prontamente sanado com o recurso às urnas, espectro que apavora os vende-pátria.

De qualquer forma, os interesses da França vão abrindo seu próprio caminho. Enquanto os dirigentes dos partidos políticos vacilam e tergiversam o povo francês, tendo a guiá-lo a classe operária e seu Partido, forja, dia a dia, a frente-única que permitirá à França sair dos caminhos perigosos que tentam fazê-la trilhar.

Unidade Continental Contra o Colonialismo Dos Trustes Americanos

Eminentes personalidades de todos os países da América Latina receberam e começaram a manifestar sua calorosa acolhida a um apelo dos homens mais representativos da vida política e cultural chilena para que se reunam com vistas à adoção comum de resoluções em defesa de nossos povos ante a ameaça dos «acordos de Caracas».

Eis a íntegra do apelo:

«Um grupo de chilenos, do qual participam parlamentares de diversas ideologias e correntes políticas, achou necessário reunir em Santiago do Chile personalidades representativas da vida latino-americana para estudar as consequências decorrentes dos Acordos de Caracas e adotar, em oposição, algumas resoluções comuns.

Esta iniciativa nasce do sentimento de que não é possível ficar indiferente diante de problemas de transcendental importância, como a ameaça de intervenção na vida interna dos Estados, o destino das matérias primas básicas para nossas economias nacionais e a restrição dos direitos humanos e das garantias individuais.

Com o objetivo de converter em realidade esta idéia, sugerimos a formação de um Comitê que reflita, com real amplitude, todos os setores de nossa população que desejam lutar em defesa dos interesses da América Latina, pela prosperidade de nossos países e pela preservação e novas conquistas dos direitos democráticos. (as)



BALTAZAR CASTRO

nador, secretário geral do Partido Socialista Popular; Guilherme Izquierdo Araya, senador, vice-presidente do Partido Agrário Trabalhista (partido do governo); Salvador Allende, vice-presidente do Senado, presidente da Frente Democrática do Povo; Humberto Martones, senador, presidente do Partido Democrático do Povo (partido do governo); Baltazar Castro, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Partido do Trabalho; Sérgio Recabarren, deputado agrário-trabalhista; Luiz Minchel, deputado democrático do povo; Luiz Bossay, senador, presi-

dente do Partido Radical; Arturo Ibanhez Cessa, deputado pelo Movimento Nacional Independente (do governo); José Cyarce, Sérgio Gonzalez, deputados pela Frente do Povo; Gustavo Aqueveque, deputado socialista popular; Armando Mallet, deputado socialista; José Custó, deputado pelo Partido do Trabalho; Humberto Pinto Diaz, deputado católico; Ernesto Araneda Rocha e Serafim Soto, deputados democráticos do Chile».

As personalidades promotoras da iniciativa cedo viram suas apreensões comprovadas pelos fatos. Todos os povos da América Latina sentem que a ameaça de intervenção americana contra a soberania e a independência da Guatemala os atingem por igual e sem exceção. Os «Acordos de Caracas», vergonhoso «diktat» dos monopolistas ianques, já estão sendo invocados para proteger os odiosos privilégios da United Fruit, atingidos pela reforma agrária na Guatemala.

Ditadores desprezíveis e sanguinários, como Trujillo e Somoza, governos de traição nacional) como o de Getúlio Vargas, enfileiram-se servilmente a um simples sinal de Foster Dulles para a realização da farsa de uma reunião para adotar medidas intervencionistas contra um pequeno país cioso de sua independência, a Guatemala.

Contra essa negra ameaça de pôr em execução o sistema fascista de acordos e tratados de colonização americana ergue-se a consciência dos povos irmãos da América Latina. E as personalidades representativas de todos os países ameaçados sentem mais do que nunca que é imperioso o dever de se reunirem e coordenar seus esforços na legítima defesa dos povos latino-americanos. Nesta luta de que não pode estar ausente o povo brasileiro o que é mais urgente e está em primeiro lugar é a solidariedade, mais ativa e a mais decidida, à brava e corajosa Guatemala na sua resistência ao expansionismo colonialista dos trustes norte-americanos.



Há um Ano Eisenhower Mandou Assassinar O Casal Rosenberg

NO DIA 19 de junho de 1953, sexta-feira, o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, esperou em vão junto a um telefone diretamente ligado à câmara da morte de Sing Sing. Ele esperava o telefone da desonra de Julius e Ethel Rosenberg. Eisenhower podia, a qualquer momento, se tivesse um coração humano e não o cálculo frio de um presidente dos trustes ianques, fazer ele mesmo a chamada para impedir o assassinio legal de dois inocentes.

Julius e Ethel Rosenberg protestaram inocência até o último momento. Declararam solenemente, com firmeza exemplar, que preferiam morrer a obter a vida à custa da infâmia e da desonra que seria atender à exigência de Eisenhower de se declararem culpados de espionagem atômica. Os mártires deram a vida pela causa da paz. Sabiam que a «confissão» exigida serviria para novas provocações guerreiras, para acentuar a histeria atômica e intensificar a louca corrida dos trustes para a guerra mundial tão desejada por eles.



MICHEL E ROBBIE, filhos do casal Rosenberg, lançados à orfanidade pelos monstros de Wall Street

Poderia atender ao pedido constitucional do advogado Emanuel Bloch, que solicitava a revisão, apenas a revisão do processo. Poderia ter atendido ao amor de milhões de seres humanos, em todos os países do mundo. Poderia ter escutado o apelo do Pops que intercedeu pelos Rosenberg. Poderia ter poupado duas crianças à negra orfanidade. Mas preferiu a espera ignominiosa do bandido na tocaia, preferiu ser o carrasco, preferiu ser o chefe da civilização da cadeira elétrica e do fascismo americano.

Rosenberg. Em Paris uma rua recebeu o seu nome glorioso. Em todo o mundo ergueram-se as mais indignadas e comovidas manifestações. O fascismo americano não conseguiu seu objetivo com um dos maiores crimes judiciais de todos os tempos. Mais cresceu o ódio aos algozes do fascismo do dólar com as covardes perseguições aos dois órfãos Michel e Robbie, com a pressão do F.B.I. contra o corajoso advogado Bloch, que morreu ao peso das torturas morais.

Hoje, os histéricos assassinos ainda não tiveram meios de enfrentar a exigência dos povos pela reabertura do processo. Um dia isto acontecerá. A humanidade afrontada pelo banditismo dos fascistas americanos não esquece. E no dia de hoje recorda e venera a memória dos Rosenberg, mártires da causa sagrada.

GETÚLIO ENCOMENDA MAIS UMA LEI PARA OS AMERICANOS

Um novo e revoltante ato de traição ao Brasil veio se juntar às denúncias com que a VOZ OPERÁRIA, em seu número anterior, demonstrou que Getúlio Vargas sabotou e liquidou a marinha mercante nacional em proveito dos imperialistas ianques.

Ao passo que realiza a liquidação sistemática da indústria naval do país, Getúlio negocia a aquisição dos «navios de naftalina» dos americanos, navios que as companhias ianques se recusam a usar, por obsoletos e anti-econômicos. Trata-se de 12 ferros-velhos a 600 mil dólares por unidade, quinze milhões de cruzeiros cada um.

Mas os americanos, que já obtiveram de Getúlio o direito à navegação de cabotagem no Brasil, pisoteando assim o artigo 155 da Constituição, impõem condições humilhantes. Para efetuar a venda exigem: 1 — desorganização dos portos, isto é, facilidades maiores para os navios de bandeira ianque nos portos brasileiros; 2 — abolição da prioridade de atracação para o Lóide Brasileiro, isto é, prioridade para os navios das companhias americanas; 3 — extinção do abatimento de 50 por cento nos emolumentos consulares para as mercadorias transportadas em navios brasileiros, isto é, que o Lóide seja completamente desarmado ante a concorrência americana.

É evidente que não se trata de uma transação comercial. Estamos diante de imposições de metrópole para colônia. Getúlio com o servilismo que o caracteriza já atendeu integralmente as duas primeiras exigências «por via administrativa» como acaba de informar mister Francis Greene ao congresso americano. A terceira exigência está também atendida na mensagem de Getúlio à Câmara dos Deputados pedindo com o maior cinismo uma lei exigida por uma potência estrangeira. Os americanos manifestaram a certeza de que mais uma vez sua vontade será transformada em lei.

Estes são os fatos que o «Correio da Manhã» (10-6-54) e o «O Globo» (14-6-54) publicam como coisas naturais. Um governo americano, uma imprensa americana. São fatos que confirmam tudo o que diz o Programa do P.C.B. que conchama os brasileiros à união patriótica para varrer os traidores e expulsar os colonizadores imperialistas americanos.

PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O PROGRAMA DO PCB O POVO DEBATE O

AS TESES DO PROGRAMA E O IMPÓSTO DE RENDA

DISTRITO FEDERAL

LENDO o «Diário de Notícias» de hoje, 2 de junho, na sua seção econômica, vemos mais uma vez como é justa a análise da situação brasileira feita pelo projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. Se é justa a análise, justas são as soluções apresentadas. Mas vamos ao motivo que nos fez escrever esta carta para a «Imprensa Popular».

Na seção econômica do referido jornal temos o seguinte: Aumentaram 16,2 por cento as contribuições para o Imposto de Renda — Entretanto somente 737.898 brasileiros fizeram declaração de rendimentos no ano passado. E a seguir vem o texto sobre o assunto em que é superficialmente analisada a situação dos contribuintes para o Imposto de Renda.

Então, pode-se ver com maior nitidez a justiça do projeto de Programa quando ele diz que o Brasil é um país imensamente rico mas o seu povo vive na mais negra miséria.

Numa população de mais de cinquenta e seis milhões de almas, apenas 737.898 pessoas ganharam durante o ano de 1952 mais de trinta mil cruzeiros brutos por ano. Isso significa que mais de 55 milhões vegetaram nesse Brasil rico, com menos de trinta mil cruzeiros anuais.

E se vemos que a receita do Imposto de Renda aumentou de mais 16,2% entendemos perfeitamente que os lucros dos grandes capitalistas e latifundiários e das grandes empresas aumentaram sensivelmente. Esqueceu-se ou não quis propositadamente o referido jornal dizer que somente um cidadão, cujo nome ignoramos, mas que consta da informação da Divisão de Imposto de Renda, somente um cidadão, dizíamos, fez uma declaração cujo imposto a pagar importou em cinquenta e dois milhões de cruzeiros. Isso significa que a sua renda deve ter atingido a casa de um bilhão de cruzeiros, cifra astronômica para uma pessoa só. E não levamos em conta a sonegação feita, pois não existe nenhum dos que auferem grandes lucros que não sonegue, em suas declarações, o imposto que deve pagar.

Mas continuemos apenas analisando a nota do «Diário de Notícias».

Diz o seguinte: 1.149.857 pessoas fizeram declarações do imposto de renda sendo 737.898 de pessoas físicas e 411.959 de pessoas jurídicas. Pois bem desse total, apenas, 674.032 estão sujeitas ao pagamento de Imposto de Renda, sendo 285.918 pessoas físicas e 388.114 de pessoas jurídicas. Isso significa que quase a metade ficou isenta do Imposto de Renda, o que atenta a miséria do povo brasileiro, sabido que é o rigor com que atua o serviço de fiscalização da Divisão do Imposto de Renda. Ainda mais, vemos que das 737.898, apenas 285.919 ficaram sujeitas ao pagamento do Imposto de Renda. E como a sonegação, por parte das pessoas físicas, e quase que impossível, pois todas as despesas devem ser documentadas e é difícil arranjar documentos, pois onerariam aos que fornecessem, vemos que o quadro real da situação de miséria do povo brasileiro está estampado nas próprias informações constantes do relatório do sr. Cesar Prieto, da Divisão do Imposto de Renda, ao sr. ministro da Fazenda.

E as pessoas jurídicas que ficaram isentas do Imposto de Renda, quase trinta mil, naturalmente que representam pequenas firmas de comerciantes, industriais e artesãos brasileiros, que sofrem a influência da inflação e do desgoverno em que se encontra o Brasil. São naturalmente aliados do povo, uma vez que juntos sofrem as mesmas dificuldades.

Enquanto isso, apenas alguns milhares ficam de posse da economia nacional, dividida e fraca.

E se levarmos em conta o aumento percentual já citado e mais ainda, que o Imposto de Renda contribui com 41% da renda total do

governo federal, vemos que os lucros das grandes empresas dos grandes capitalistas e dos latifundiários são cada vez maiores e que a miséria e a exploração do povo aumentam no sentido direto em que os lucros daqueles aumentam.

E então vamos encontrar uma justificativa para a tese do projeto de Programa de que o imperialismo americano é o maior inimigo nosso, já que é o causador dessa situação. Como o encontraremos?

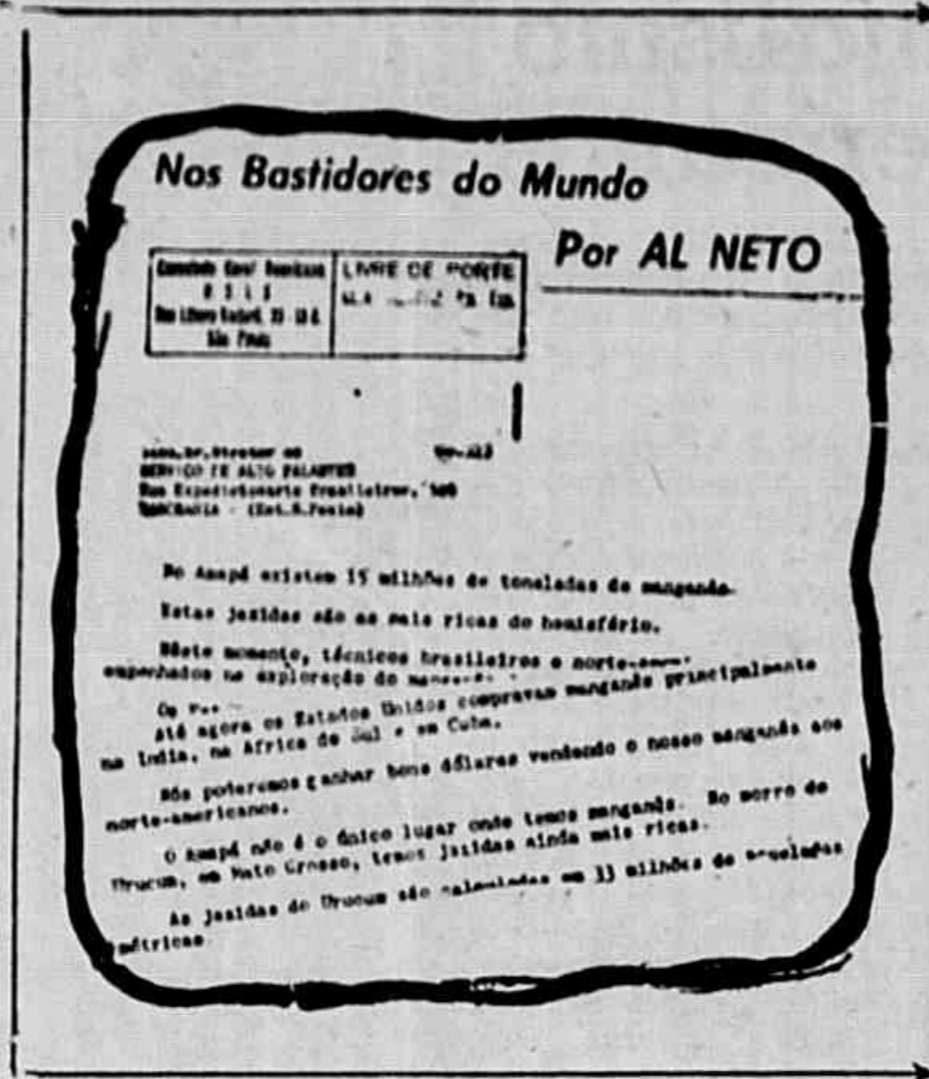
Se a maioria das empresas que operam no Brasil pertence aos americanos ou está sob a sua influência e como as maiores empresas, tais como a Light, a Etandard, a Good Year, a Anderson Clayton e outras pertencem aos capitais americanos que auferem os maiores lucros, vemos claramente que a situação de miséria do povo brasileiro se agrava dia a dia à medida que a exploração americana se aprofunda e os seus lucros são cada vez mais astronômicos.

Mais uma tese do projeto de Programa então se comprova: de que o governo do traidor VARGAS é o maior e mais servil laçao dos imperialistas americanos. Se essa situação realmente perdura é porque os Vargas, os Aranhas, etc., os homens que participam do governo americano instalado em nossa terra estão de acordo com os capitalistas americanos e vivem das sobras e migalhas de dólares que lhes são dadas em troca da exploração de nosso povo.

Nada mais justo, pois, que o povo brasileiro adote o projeto de Programa do glorioso Partido Comunista do Brasil, como seu, como programa de todos os brasileiros honestos e patriotas que não querem ser escravos dos imperialistas americanos e dos servis latifundiários e entre eles se encontram Vargas e os grandes capitalistas ligados ao capitalismo imperialista americano, e entre eles se encontra entre muitos outros o sr. Osvaldo Aranha.

E como preconiza o Programa, o povo saberá, depois de unido e organizado em torno dos verdadeiros patriotas que são os comunistas e sob a sua direção, sob a direção da classe operária e de seus maiores aliados, os camponeses, desencadear a luta final que culminará com a libertação de nosso território dos dominadores estrangeiros e dos nossos inimigos internos e será então instalado um governo que trará a felicidade e o bem-estar ao povo brasileiro: o Governo Democrático de Libertação Nacional.

Salve, pois, o Partido Comunista do Brasil que, como sempre, se coloca na vanguarda dos patriotas brasileiros em defesa da liberdade, do progresso e do bem-estar do povo brasileiro.



A maioria de nosso povo aceita o Programa Bento Paiva

Marília — S. PAULO

O LANÇAMENTO do projeto de Programa, feito pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil é, de fato, um documento histórico e passou a ser na prática uma nova bandeira de luta. Quer frisar que o Partido colocou em nossas mãos uma obra de tão grande valor que será possível levar o Brasil à estrada do progresso sob um clima de segurança e bem-estar para a maioria de nosso povo. Muitos anos a sabida direção de nosso querido glorioso Partido, com o nosso querido líder e chefe Luiz Carlos Prestes à frente, à base do marxismo criador gastou, aprofundando estudos para lançar este notável documento de conteúdo científico. Dizemos científico porque aponta com clareza e segurança toda a situação do Brasil e passa a ser, de fato, um Programa de salvação nacional.

Ouvimos, a todo instante, homens e mulheres, operários, camponeses e demais camadas médias da população, demonstrarem um descontentamento anti-imperialista e antigetulista. Isto acontece porque o nosso povo já sente na própria carne e política de opressão e de guerra do imperialismo norte-americano e a política de submissão crescente de Getulio e seus «cumpinchas», os grandes latifundiários. Aqui em nossa zona vemos a todo momento os comerciantes médios e pequenos dizerem a seus poucos fregueses: «nesta marcha em que vai fecharemos as portas». Vemos o poder aquisitivo baixar sem cessar e, com isto, a classe operária, o campesinato, inclusive a maioria da camada média deixam de comprar. Por outro lado, a elevação vertiginosa dos impostos criando grandes dificuldades para o pequeno e médio comerciante. Que vemos então? É que esta frente-única de libertação nacional, de que fala o Programa deve começar pela base até as mais amplas camadas da população, principalmente estas que vem sofrendo as consequências deste regime de guerra e de opressão.

Estas camadas irão se beneficiar com o dividendo da confiscação dos bens dos grandes trustes que operam no Brasil inclusive com a anulação da dívida externa do Brasil com o Governo dos Estados Unidos e os Bancos norte-americanos como está bem claro no item 2 do projeto de Programa do P.C.B.

O item 4 do projeto de Programa diz: uma colaboração pacífica com todos os países que sejam capazes de colaborar com o Brasil na base de plena igualdade de direitos e de mútuos benefícios. No ponto 31 vemos: melhoria radical da situação dos operários e fixação do salário-mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas para os operários e suas famílias em todo o país. Salário igual para igual trabalho sem distinção de sexo, idade ou nacionalidade. Tudo isto e mais o referente à Reforma Agrária de ajuda aos camponeses.

Não é por acaso que o Programa concentra todo o seu fogo contra o imperialismo norte-americano, por ser o mesmo causador de toda a miséria e exploração desenfreada do nosso povo. No ponto que trata do desenvolvimento independente, da economia nacional, item 25, diz: «O Governo democrático de libertação nacional não confiscará as empresas e os capitais da burguesia nacional. Entretanto, serão confiscados e nacionalizados os capitais e empresas dos grandes capitalistas que traírem os interesses

nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos. Então vemos que o item 25 deixa bem claro que nesta frente-única de libertação nacional toda a burguesia nacional progressista que tenha os seus interesses prejudicados pela concorrência dos trustes poderá ser aliada da classe operária e do seu indispensável aliado, o campesinato, na luta pela libertação nacional.

Outra coisa ficará bem claro. Na etapa da revolução a mira principal do nosso Governo de libertação nacional é entrar no plano da reforma agrária. E por que isto será necessário? Por serem os latifundiários um dos pontos de apoio do imperialismo para saquear o nosso povo, as nossas economias, lançar a classe operária na pauperização e, ainda, arrastar o nosso povo para as guerras de rapina transformando-o em carne de canhão.

Fazendo uma análise com profundidade sobre o projeto de Programa indicado pela sabia direção do nosso glorioso Partido Comunista, vemos com clareza que será possível levantar todas as reivindicações das camadas progressistas e do proletariado em geral.

Que os comunistas de todo o país façam do Programa sua leitura de cabeceira para poder transformá-lo em programa de todo o povo.

Vemos que a maioria de nosso povo aceita o Programa. Está dependendo apenas de nossa audácia, de nosso estudo, a fim de podermos assimilá-lo e aplicá-lo. Só assim arrasaremos à luta pela independência e o progresso de nossa pátria a maioria de nosso povo. Sabemos perfeitamente que a aliança do operariado com o campesinato o único aliado da classe operária juntamente com a burguesia progressista, a nossa pátria será conduzida a um futuro melhor tendo à frente o Partido Comunista que é um partido forjado na luta, o Partido da classe operária.

Tenhamos em nossa mente que esta aliança do operário e do camponês será indispensável e será, ao mesmo tempo, uma força indestrutível. O camarada Prestes nos mostra todo o passado errado em que nos víhamos conduzindo. Aponta que um dos nossos principais erros era o dogmatismo que, como uma faixa sobre nossos olhos, nos impedia de encarar a luta de libertação nacional com clareza e com base no marxismo criador. É ainda o camarada Prestes que nos cita exemplos do grande mestre e guia, o imortal Stálin, que disse que há uma grande diferença entre a revolução nos países coloniais e dependentes e a luta da classe operária nos países capitalistas. Estes países escravizam os demais por meio de acordos de guerra, acordos unilaterais que liquidam inclusive a economia dos países dominados.

É ainda o camarada Prestes que nos adverte com a sua sabia compreensão que tendências errôneas irão surgir a fim de tentar diminuir o valor do Partido como dirigente e guia da Revolução.

Devemos, com firmeza e coragem, combater imediatamente estas tendências. É ainda o camarada Prestes que nos diz que os ensinamentos do XIX Congresso da URSS nos abriu grandes perspectivas dizendo com confiança que o Partido é tudo!

O Partido resolverá tudo. Sem o Partido tudo é quimérico, disse o camarada Arruda no seu grande informe crítico e autocrítico.

Os Americanos Constroem Mais Um Ramal na Sorocabana...

Primitivo Pais da Silva

RANCHARIA — S. Paulo

MAIS uma vez eu digo: «Como é justo o projeto de Programa do P.C.B., instrumento da luta travada pela independência do Brasil do jugo imperialista norte-americano».

O Programa diz que os americanos estão infiltrados em todos os poros da vida política, econômica e social de nosso país. Vejamos mais um fato que comprova esta verdade.

Em São Paulo, entre Regente Feijó e Presidente Prudente, está sendo construído um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, que vai até Mato Grosso. Este ramal está sendo construído

do num ritmo acelerado, sob orientação americana. Será que esta pressa em fazer o ramal é para facilitar o transporte coletivo? Ou será que se trata do interesse em transportar gêneros alimentícios para baixar o custo de vida? Será que os americanos estão fazendo isto para ajudar o progresso do Brasil?

Não, absolutamente não se trata de nada disso. Então quem sabe, será por que, em Miranda do Paranapanema, os imperialistas puseram três «máquinas» de algodão: Anderson Clayton, Sanbra, Mac Fadden? Pois trata-se de uma região riquíssima, produtora de algodão. Mas esse algodão é produzido para nosso progresso? Também não, pois o algodão está nas mãos dos americanos e lhes dá lucros fabulosos.

A estrada férrea em construção acelerada vai em direção ao manganês de Urucum, em Mato Grosso. É por isto que eles têm tanta pressa. Pois não se faz armas sem aço e não se fabrica o aço sem o manganês. O novo ramal da Sorocabana está a serviço dos incerdários de guerra americanos e dos seus lacaios que os ajudam a roubar as riquezas do Brasil.

Junto a esta um documento que prova que os americanos já calcularam que existem 33 milhões de toneladas de manganês em Urucum e 15 milhões de toneladas, no Amapá. Este documento foi enviado pelo consulado americano de São Paulo para o Serviço de Alto-Falantes de Rancharia. É um artigo do nojento americano Al Neto. Então fica claro o seguinte: os americanos roubam nosso manganês, os americanos tomam conta da Sorocabana e constroem um ramal em ritmo acelerado para carregar o furo para suas fábricas de guerra, os americanos distribuem artigos aos serviços locais de alto-falantes, um propagandista americano, pago e divulgado pela embaixada americana como é Al Neto, vê difundidos seus artigos em que fala como se fosse brasileiro. Eis o que diz esse escriba repugnante: «Nós poderemos ganhar bons dólares vendendo o nosso manganês aos norte-americanos». 3 gritos são meus. Como esse estrangeiro tem coragem de falar como se fosse brasileiro, como se fosse um dos nossos.

Sim, os americanos estão infiltrados em todos os poros da vida nacional. Estão com a garra nas jazidas de minérios, mandam nas estradas de ferro, controlam o Governo que facilita tudo e o noticiário dos serviços de alto-falantes — do rádio e dos jornais também, está claro — é feito diretamente pelos americanos.

É demais. É preciso limpar a nossa casa. Mais uma vez eu digo: «Como é justo o projeto de Programa do P.C.B., instrumento da luta travada pela independência do Brasil do jugo imperialista norte-americano».

PERGUNTAS E RESPOSTAS

A Ajuda da U.R.S.S. Será um Fator Decisivo Para o Renascimento do Brasil

PERGUNTA — Podemos contar com a ajuda da União Soviética para a industrialização do Brasil após a vitória do governo democrático de libertação nacional? Que importância pode ser atribuída a essa ajuda?
(Joaquim Oliveira dos Santos — S. Paulo)

RESPOSTA — Não pode haver nenhuma dúvida de que o povo brasileiro contará com a ajuda e o apoio desinteressados da União Soviética para a industrialização e para o progresso, sob todos os aspectos, do nosso país, após nos libertarmos do jugo do imperialismo norte-americano, derrotarmos o governo dos latifundiários e grandes capitalistas e instaurarmos em nossa terra o governo democrático de libertação nacional. A ajuda que nos dará, então, a União Soviética será um fator de importância decisiva para o renascimento de nossa pátria.

Com a vitória do governo democrático de libertação nacional passará o Brasil a fazer parte do mercado democrático, o novo mercado que se formou como resultado da segunda guerra mundial. Fazem parte desse mercado os países que se libertaram do domínio do imperialismo, tendo à sua frente a União Soviética. O mercado democrático abarca, por conseguinte, numerosos países, cuja superfície corresponde à quarta parte do globo terrestre, com uma população que equivale a terça parte do gênero humano.

A principal característica do mercado democrático é que ele criou um tipo completamente novo de relações entre os Estados que o compõem. Essas relações se apoiam nos princípios da igualdade de direitos, da sinceridade e desinteressada colaboração econômica e do absoluto respeito à independência dos povos, grandes ou pequenos. A base dessas relações reside na plena correspondência de interesses existentes entre a União Soviética e os demais países do campo democrático. Desconhecem esses países a luta pelos mercados, a concorrência ou o sufocamento do progresso nos países menos desenvolvidos — fenômenos que, ao contrário, caracterizam as relações entre os países que constituem o mercado imperialista, dominado pelos Estados Unidos.

Uma vez que passe a fazer parte do mercado democrático, o Brasil se beneficiará dos resultados extraordinariamente positivos que decorrem, das relações peculiares ao mercado democrático. Veremos acontecer, então, em nossa pátria, precisamente o oposto do que acontece agora. Hoje, somos um país dominado pelo voraz imperialismo norte-americano, que não só saqueia implodidamente todos os obstáculos para seu desenvolvimento, inclusive impedindo ao nosso país manter relações normais

com a URSS, a China e as democracias populares. No que diz respeito, por exemplo, à indústria, é fato incontestável que os monopólios ianques, com o apoio do governo de Vargas, não permitem a instalação em nosso país de indústrias de base, dificultam a importação de matérias-primas necessárias ao desenvolvimento das empresas industriais, criam embaraços crescentes à importação de equipamentos necessários ao desenvolvimento do parque industrial e sufocam as indústrias através do controle do crédito bancário e do racionamento da energia elétrica, cuja produção se encontra praticamente sob o domínio de dois trustes controlados pelo capital norte-americano: a Light e a Bond and Share. São episódios dos mais revoltantes da dominação do Brasil pelos monopólios ianques, com a conivência de governos como o de Vargas. Os incessantes e crimonosos obstáculos opostos à criação em nossa terra da indústria de petróleo, de aço, de álcalis, além de outras, isso acontece porque os traços característicos do mercado capitalista mundial, dominado pelos Estados Unidos, são uma extrema agravamento do problema da conquista de mercados, uma desesperada concorrência e a opressão de uns países por outros.

O retrato do que resultará amanhã, para nós, do fato de nos libertarmos do jugo norte-americano e nos colocarmos no mercado democrático, é o que se verifica atualmente na China e de demais países de democracia popular. Esses países avançam com uma rapidez impressionante pelo caminho da industrialização, transformando-se, em sua maioria, de países atrasados em verdadeiras potências industriais. E isso se deve, fundamentalmente, à ajuda que lhes é dada pela União Soviética. O poderio econômico da U.R.S.S. é o fator mais importante que assegura a solidez e a eficácia da colaboração entre os países do novo mercado mundial. Como assinava o camarad Stálin, a ajuda prestada pela União Soviética não é apenas extremamente barata e de primeira ordem sob o ponto-de-vista técnica; trata-se, antes de tudo, de que a base dessa colaboração e o sincero desejo de uma ajuda mútua e de alcançar um auge econômico geral.

Vejamos um exemplo: a Rumania. Pela primeira vez em sua história, a Rumania falou, depois da libertação, a construção de máquinas. Graças à ajuda da União Soviética produz agora quase

todos os equipamentos necessários para a extração do petróleo. Começam a ser construídos também nesse país os difíceis aparelhos para a refinação de petróleo. É a Rumania o único exemplo no mundo de um pequeno país produtor de petróleo que tenha criado a sua própria indústria de máquinas para o ramo petrolífero. Neste exemplo se encerra para o nosso povo um ensinamento de imensa significação.

Outro exemplo, de particular interesse para o nosso povo, é o da China, de um país pobre e atrasado, dominado pelo imperialismo e pelos senhores feudais, e que agora a China pelo caminho da industrialização, da criação de uma indústria pesada moderna, pelo caminho de sua transformação numa grande potência industrial em marcha para o socialismo. A ajuda prestada pela URSS à China Popular é um dos fatores básicos para essa radical transformação na vida do povo chinês. Na mensagem que enviou a Malenkov por motivo do quarto aniversário da assinatura do tratado soviético-chinês de amizade, aliança e assistência mútua, declarou Mao Tsé-tung: «A ajuda sincera e desinteressada prestada à China pelo governo e pelo povo da União

Soviética é de extrema importância para o aceleramento da industrialização socialista da China e para sua passagem gradual ao socialismo».

A ajuda da União Soviética para a industrialização da China adquire especial envergadura sob o plano quinquenal chinês atualmente em vigor. O governo soviético ajuda a República Popular da China na construção de 141 grandes empresas industriais que serão terminadas nos próximos anos e que desempenharão imenso papel na industrialização do país, facilitando enormemente a passagem gradual da China para o socialismo. Falando na 4ª sessão do Conselho Consultivo Político Popular, declarou Chou En-lai: «Nossos êxitos são inseparáveis da ajuda sincera, desinteressada e fraternal de nossa grande aliada, a União Soviética».

Os exemplos que nos dão os países de democracia popular do que significa para o seu desenvolvimento a ajuda da União Soviética inspiram a luta do povo brasileiro para conquistar no mais breve prazo o governo democrático de libertação nacional, estimulam mais ainda as nossas energias para o combate patriótico contra a opressão dos magnatas norte-americanos no Brasil e contra o governo de Vargas governo de traição à pátria. Esses exemplos reforçam a nossa confiança no futuro radioso que aguarda ao nosso povo.

A REFORMA AGRÁRIA E OS GRANDES CAFÉZAIS

PERGUNTA: Se vai ser feita a reforma agrária nas fazendas já em produção, onde existem empreiteiros, colonos, assalariados e outras categorias, como se fará a distribuição gratuita dos cafezais que já podiam passar a ser propriedade de todo o povo, ou seja, formando Fazendas Coletivas?
(Sebastião Castanare — Mandaguçu-Paraná)

RESPOSTA: Embora inicie sua pergunta de forma condicional, parece-nos que o leitor não tem dúvida sobre que será feita a reforma agrária no tipo de fazenda compreendido no item 37 do Programa do PCB: «Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes».

Quer o leitor saber, entretanto, como se fará a distribuição gratuita dos cafezais que já podiam passar a ser propriedade de todo o povo, ou, mais precisamente, porque estas fazendas, onde já existem formas capitalistas de produção, não passam a fazendas coletivas?

Ora, um programa de partido não é um regulamento que possa prever fórmulas para as diferentes situações criadas e dizer invariavelmente se se deve agir desta e não daquela maneira. Assim, por exemplo, como se fará a distribuição gratuita dos cafezais. É este, tipicamente, um assunto que cabe resolver à iniciativa revolucionária das massas camponesas. Estas, repartirão as terras entre si. O resto caberá à futura Lei Agrária elaborada pelo Estado democrático-popular.

A questão, parece-nos, reside mais precisamente em que o leitor quer saber por que não é realizada a coletivização nas fazendas do tipo citado, por que não passam a ser propriedade de todo o povo ao invés de serem repartidas e entregues em propriedade privada aos camponeses.

Em primeiro lugar, a terra deve ser dividida e entregue em propriedade privada aos camponeses, mesmo nas condições a que se refere a pergunta em apreço, porque isto atende aos desejos das massas camponesas, que são

Por que «camponês» e não «trabalhador agrícola»?

PERGUNTA: A palavra camponês não é popular no Brasil e a expressão camponês rico é absolutamente desconhecida. Creio que na China ou na Europa quem quer que ouça falar em proteção aos «camponeses ricos» compreenderá imediatamente de quem se trata. Mas no Brasil não. Estou certo de que 95% dos que leram o projeto de Programa do P.C.B. não sabem explicar precisamente quais são os camponeses ricos.

Não seria útil que o Programa encarasse este problema de redação com mais objetividade, apondo à palavra camponês as expressões «trabalhador do campo, trabalhador agrícola»? E também, precisar, sucintamente, a expressão «camponês rico»?

Há estatísticas sobre o número e extensão das fazendas cultivadas do modo capitalistas em nossa terra?

(J. Braga — Distrito Federal)

RESPOSTA: Num documento científico como o Programa do P.C.B. os termos que designam as diversas classes e camadas da sociedade brasileira têm de ser empregados com precisão. No caso, não existe outra palavra que substitua «camponês».

Os termos propostos — trabalhador do campo ou trabalhador agrícola — são imprecisos e indicariam mais facilmente aos assalariados agrícolas ou proletários do campo, que são trabalhadores das lavouras das usinas e das fazendas que percebem salário, em troca de sua força de trabalho. A palavra «camponês» é uma expressão genérica que abrange tanto os camponeses pobres, que não possuem terra ou que a têm em pequena quantidade, como os camponeses médios e ricos. Por extensão, e, às vezes, empregada vulgarmente designando a todos os que vivem no campo, inclusive os assalariados agrícolas e latifundiários. Não há, porém, uma palavra que substitua «camponês» para nomear as três camadas acima. Não servem as expressões regionais restritivas — como colono, roceiro, camarada, etc. — ou expressões gerais com sentido ambíguo, como agricultor, lavrador, etc.

Quanto aos camponeses ricos, constituem a burguesia rural. Empregam trabalhadores assalariados em suas terras e seus interesses — em grande parte — estão ligados aos da burguesia urbana — industrial e comercial. Sob o regime do domínio dos senhores latifundiários, em nosso país, os camponeses ricos atravessam, geralmente, sérias dificuldades. Falta-lhes crédito barato e a longo prazo, a política do Governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopolistas norte-americanos, impede-os de obter maquinaria e cria-lhes uma série de obstáculos. Muitas vezes, são posseiros, isto é, não têm assegurada a propriedade da terra que cultivam. No texto do Programa, entretanto, não caberia a explicação para a palavra «camponês rico», como não caberia a explicação para termos como latifundiários, antifeudal, sobrevivências feudais, etc. O Programa é um documento para ser lido, relido e estudado. E cabe àqueles que compreenderam e assimilaram o seu conteúdo divulgá-lo e explicá-lo em detalhe para as massas, esclarecendo inclusive o significado dos termos que não foram imediatamente compreensíveis para as pessoas a quem se queira fazer chegar o Programa.

Quanto à última pergunta do leitor, não existem estatísticas sobre o número e extensão das fazendas cultivadas do modo capitalista, no Brasil.

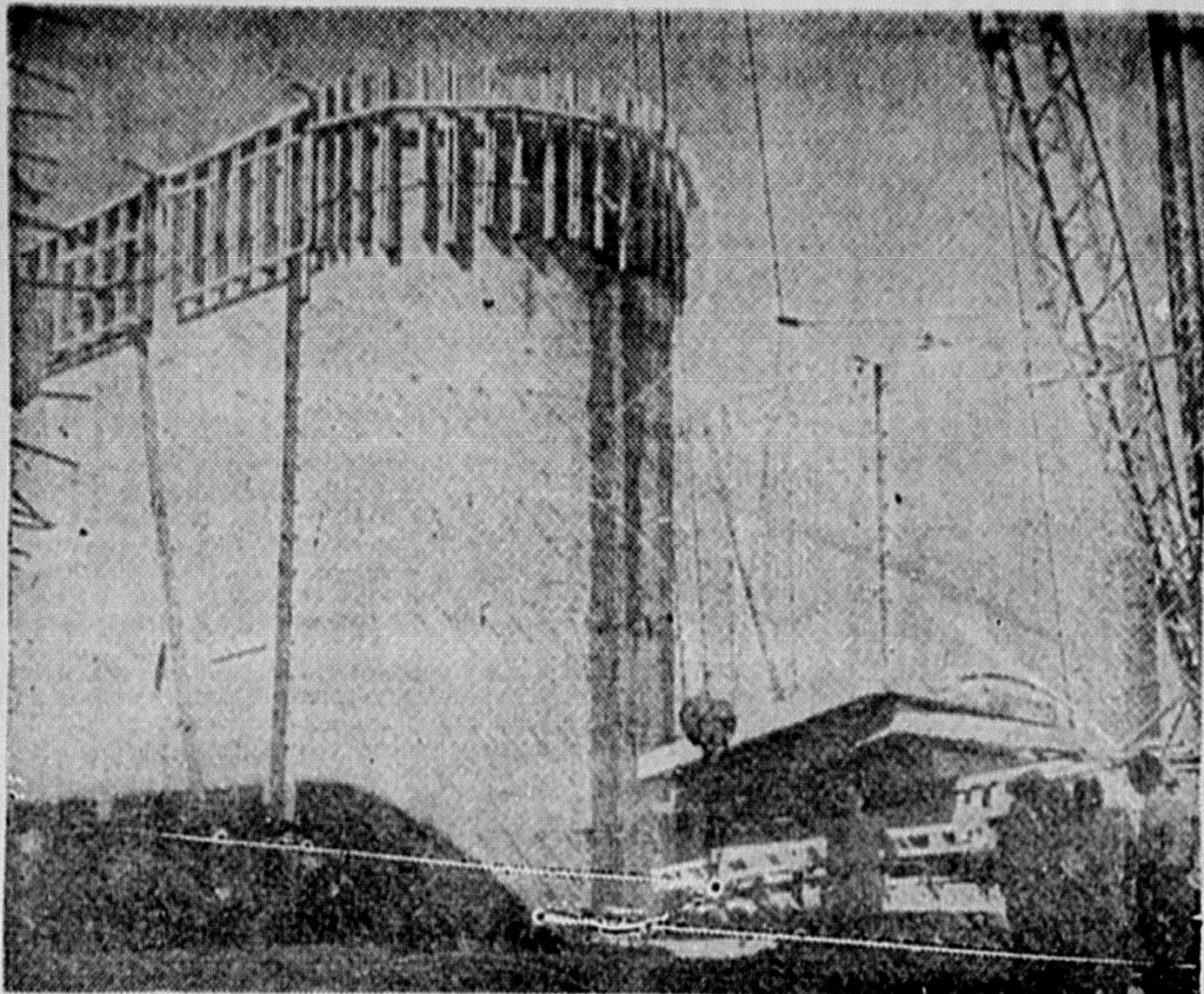
favoráveis à posse individual da terra, querem ter seu pedaço de terra para trabalhar. É este um fator da máxima importância e que não pode deixar de ser levado em consideração.

Em segundo lugar, tendo-se em vista as relações que são semif feudais predominantes no campo, relações que são um espelho do atraso de toda a estrutura econômica do país, como seria possível dar tamanho salto dessas relações, onde não predomina o capitalismo, para estabelecer a propriedade, não de grupos sociais, mas nacional, de todo o povo? Não é possível dar um tão grande salto sem o perigo de quebrar a espinha. E toda a experiência das transformações revolucionárias na economia agrícola, seja na grande União Soviética, ou na China Popular ou nos países de democracia popular da Europa, não autoriza semelhante passo.

Compreende-se, por isso, que nos países economicamente atrasados como o Brasil, não há outro caminho que o indicado no item 37. Outra, contudo, é a situação nos países capitalistas avançados, onde é justo manter as grandes empresas agropecuárias e a sua exploração segundo o modelo das fazendas coletivas. Mas esta questão é de tal modo delicada que Lênin indicava seria um gravíssimo erro exagerar ou generalizar esta norma e não admitir nunca a entrega gratuita de uma parte da terra dos expropriadores expropriados aos pequenos camponeses e, às vezes, até aos camponeses médios».

Por que isto se dá? Devido à mentalidade dos camponeses. Aqui o camponês não pensa que «a terra é de todos», «a terra é de Deus». E já que a propriedade privada da terra é sua aspiração, a distribuição da terra em propriedade privada tem que ser o centro de atração capaz de despertar as massas do campo para a luta chefiada pelo proletariado. No processo dessa luta se forjará a aliança operário-camponesa, sólido fundamento da frente democrática de libertação nacional.

Além disto, para levar a termo a coletivização da terra, faz-se necessária toda uma revolução cultural. Portanto, passar de golpe, à força, à coletivização, sem atender ao desejo das massas camponesas, isto é, violando o sábio princípio leninista da voluntariedade, seria condenar ao fracasso a solução de um problema que será vitoriosa com a observância dos princípios expressos no Programa do Partido. Até lá muito teremos que andar.



A USINA HIDRELÉTRICA DE S. FRANCISCO, com a qual enchem a boca os propagandistas do governo para iludir os patriotas, destina-se a proporcionar verdadeira mina de ouro à Bond and Share. Construída com dinheiro arrancado ao povo (mais de Cr\$ 200 milhões já foram gastos) por técnicos e trabalhadores nacionais, produzirá energia barata, a cerca de 19 centavos o quilômetro. Essa energia será distribuída pela Bond and Share que a venderá em Recife, Salvador e outras cidades ao preço médio de Cr\$ 1,32. Se considerarmos que, sem o racionamento, Recife consome 300 milhões de quilômetros ao ano, teremos que somente à capital de Pernambuco dará ao truste lanque cerca de 164 milhões de cruzeiros ao ano. A Bahia dará outro tanto, além de outras cidades. Eis um dos grandes escândalos do governo de Getúlio, contra o qual protestam os patriotas, inclusive industriais e prefeitos das cidades atingidas, como o prefeito de Olinda, que indigna por que razão a usina será entregue ao truste. É porque Getúlio é laçao dos lanques.

NA MÃO DE UM MONOPÓLIO LANQUE A CHAVE DA INDÚSTRIA NACIONAL

UM DOS aspectos mais graves da dominação imperialista norte-americana sobre o Brasil é o controle exercido pelos trustes lanques sobre a energia elétrica consumida no país. A electricidade movimenta a indústria moderna e nossa pátria não dispõe de suas próprias fontes de energia elétrica. Cerca de 90% da energia que movimenta a indústria nacional encontra-se na mão de dois trustes: a Brazilian Traction Light and Power e a Bond and Share (Empresas Elétricas Brasileiras). Estes dois trustes estão ligados ao mesmo grupo monopolista norte-americano de J. P. Morgan, um dos grupos que participam do planejamento e da execução em escala mundial da política dos imperialistas norte-americanos. Morgan controla a indústria do aço nos Estados Unidos e muitos outros ramos, está diretamente interessado na guerra que os Estados Unidos procuram desencadear, a fim de dominar o mundo e pilhá-lo em benefício dos trustes lanques.

As Sobras Para Os «Independentes»

Light e Bond and Share dividem o mercado brasileiro. As duas empresas, em última análise, decidem a quem fornecer energia, quanto devem fornecer, a que preço que usinas construir, quando e em que condições, etc. Em suas mãos estão os grandes centros, as zonas mais populosas e economicamente mais importantes. Quanto ao resto do país, fica para uma série de pequenas companhias, algumas delas presas a esses mesmos trustes. Essas pequenas empresas, ditas independentes, pertencem a particulares ou aos governos estaduais e municipais e têm, para os trustes, a vantagem de suprir os mercados menos rentáveis, disfarçando um pouco o monopólio de fato exercido sobre o conjunto da economia brasileira.

LIGHT E BOND AND SHARE DIVIDEM O MERCADO

A Light domina uma área relativamente pequena, mas a ela cabe a parte do leão. Em suas mãos estão o Rio e a Capital de São Paulo e o Vale do Paraíba. São subsidiárias da «São Paulo Light and Power Company»; a Empresa Melhoramentos de Pôrto Feliz S. A., Cia de Electricidade São Paulo e Rio, a Empresa Força e Luz de Juiz de Fora, a Companhia Força e Luz Jacareí e Guararema, a Companhia Força e Luz Norte de São Paulo, a Empresa de Electricidade São Paulo e Rio S. A., a Companhia Luz e Força de Guaratinguetá, a Empresa Hidrelétrica Serra da Bocaina S. A., a São Paulo Electric Company e a «City of Santos Improvements Co. Ltd.» e outras.

O grupo Light controla cerca de 70% da energia consumida no país.

A Bond and Share, 100% americana e diretamente ligada à matriz lanque, domina, através de 10 subsidiárias, as principais capitais e o interior paulista, Recife, Belo Horizonte Salvador, Pôrto Alegre, Curitiba, Macaé, Niterói e outras cidades dependem da energia que as «Empresas Elétricas Brasileiras» puderem ou quiserem fornecer. Cabe, assim, à Bond and Share cerca de 20% da energia elétrica proporcionada ao país.



GETULIO E «BOSS» BORDEN RIEM COMO PANDEGOS. Os trustes conseguem tudo do Governo, até mesmo as mais escandalosas concessões como o regime de privilégios cambiais concedidos à Light. Getúlio, que liderou o golpe de 1930 às custas de um empréstimo americano, é seu velho freguês. Logo depois do discurso «nacionalista» de Ano Novo, fez novos empréstimos com o grupo Light, como o dos 18.790.000 dólares para a construção da usina termelétrica de Piratininga. Seu «Plano Nacional de Eletrificação» aplica, em última análise, construir, com o dinheiro da Nação, usinas elétricas e entregá-las à Light e às «Empresas Elétricas Brasileiras», que vendam a energia produzida. Os trustes, por esse sistema, ganham milhões sem gastar um tostão. É um autêntico negócio de Chiang Kai Chek. Exemplo disso é a usina de Paulo Afonso.

Getúlio, Delegado dos Trustes

OS TRUSTES de energia elétrica, juntamente com outros monopólios lanques exercem influência decisiva na vida econômica e política do país. Tendo em mãos a chave que movimenta a indústria, decidem de seu destino, impõem-lhe o rumo a tomar, deformam a economia nacional. Os trustes favorecem as empresas lanques, facilitando-lhes ainda mais a concorrência às indústrias nacionais com seu poderio, juntamente com outros trustes norte-americanos, Light e Bond and Share dominam o aparelho estatal, mantêm nos governos. As prefeituras de São Paulo e Rio, por exemplo, sempre estiveram sob o controle da Light.

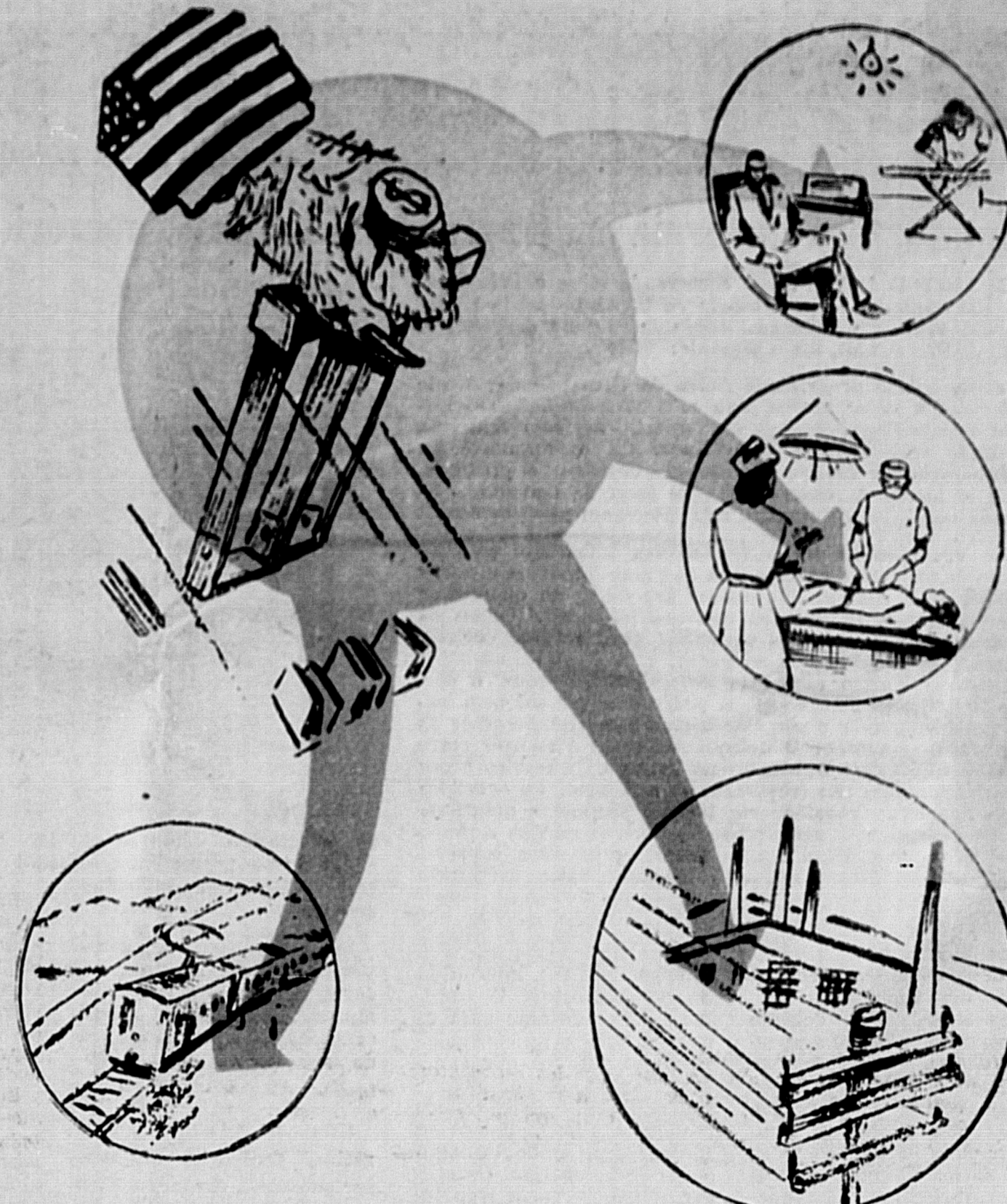
A Light domina partidos políticos, jornais e deputados. Os governos submetem-se a seus objetivos. O maior exemplo é o governo de Getúlio.

Mister Borden Anuncia a «Eletrobras»

Quando Getúlio, em fins de 1953, fantasiando-se de «nacionalista» fez um discurso «atacando» os trustes de energia, mister Henry Borden, presidente da Light, explicou imediatamente aos acionistas do truste: «As palavras do presidente Vargas não devem ser consideradas como ameaça às companhias de electricidade». E, anunciando em primeira mão, lá do Canadá, a panacéia da «Eletrobras», que Vargas apresentaria logo depois aos brasileiros como presente de Ano Novo, acrescentou o magnata: «Não me cause surpresa que o presidente do Brasil venha propor um programa nacional de energia elétrica para enfrentar as necessidades do país (isto é, da Light) em seu conjunto, porque me que o programa de expansão adicional de energia pode perfeitamente ser objeto dum plano nacional elaborado pelo governo em harmonia com os das companhias existentes».

Da arenga «nacionalista» aos atos de traição

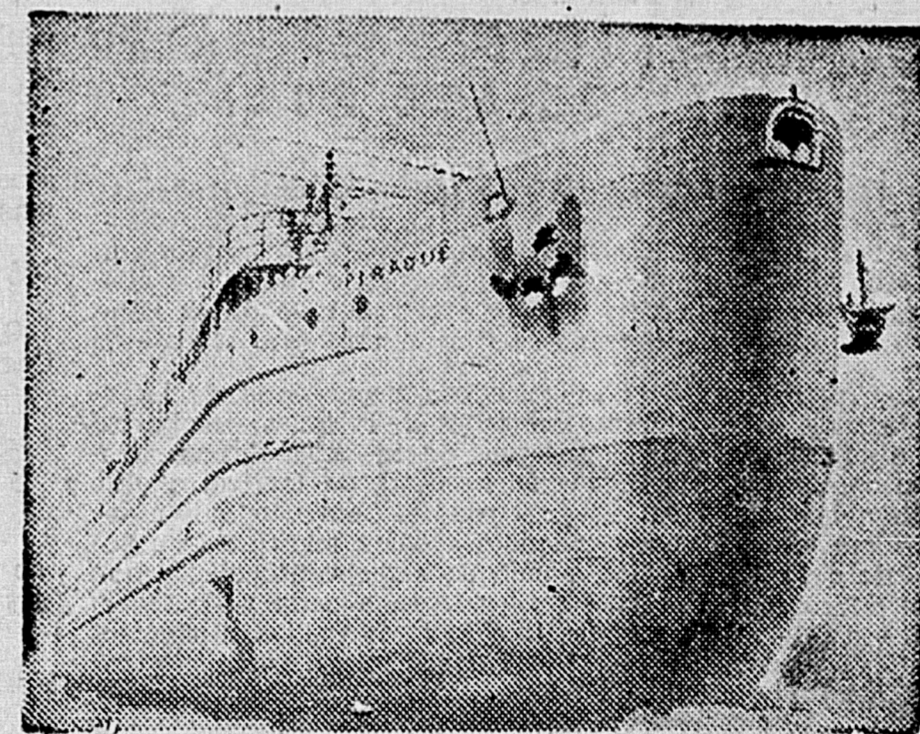
O quadro abaixo indica os gastos feitos com a Usina Hidrelétrica de São Francisco. Al estão incluídos os gastos em moeda estrangeira e os emoréstimos feitos nos Estados Unidos e que terão de ser pagos pelo governo, com o dinheiro suado ao contribuinte brasileiro. Em suas arengas «nacionalistas» sobre o problema da energia elétrica, Getúlio salientou que as companhias de electricidade recebiam dinheiro do Brasil para construir instalações, geralmente usinas termelétrica, antieconômicas, que produzem energia cara, consumindo grande quantidade de combustível, carvão ou óleo estrangeiro, o que significa ou tra sangria permanente de divisas, como acontece com a usina de termelétrica de Piratininga. Depois de constatar isso — que ele des cobriu depois mais de vinte anos no poder —, Vargas fez exatamente o que desejam os trustes: continuou à lhes emprestar dinheiro. Fez mais, resolveu entregar o maior investimento até hoje feito em matéria de energia elétrica — a usina de Paulo Afonso — à Bond and Share, que fará, assim, um dos maiores negócios do mundo, só possíveis de realizar nos



paises dominados pelos trustes lanques, como é o caso do Brasil de Vargas.

Gastos totais em Paulo Afonso (em mil cruzeiros)

Até fins de 1948	31.791
> > > 1949	145.169
> > > 1950	332.055
> > > 1951	613.319
> > > 1952	866.339
> > > 1953	1.088.433



«PIRAQUÊ» — CONTO DO VIGÁRIO

A «Piraquê» foi uma das soluções «salvadoras» arranjadas pela Brazilian Traction para o dramático problema da crise de energia elétrica no sistema Rio-São Paulo. Trabalhando com sua potência totalmente exgotada, o truste adquire a usina flutuante «Piraquê» para potência adicional. Essa usina, equipada com duas caldeiras e um grupo turbo-gerador de 25 mil KW., na verdade não passava de um ferrovelho, e foi adquirida como material de guerra já encostado. E a prova é que a «Piraquê», posta em funcionamento em março de 1951, em dois meses começava a apresentar sucessivos acidentes em suas caldeiras e geradores, parando de funcionar.

FUNESTAS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

OS DOIS grupos são donos não apenas da energia fornecida à indústria. Em suas mãos encontra-se a iluminação das cidades, o transporte elétrico, serviços públicos no Rio, São Paulo e outras cidades. Quais as consequências desse controle monopolista exercido sobre a indústria de energia elétrica?

1) A escassez de energia e o racionamento. Aos trustes não interessa inverter «inheiro em grandes obras. Querem ganhar sempre o máximo que as instalações podem dar. Ao invés de obras de vulto, custosas e demoradas, preferem ir construindo parcialmente, de maneira antieconômica, sempre abaixo das necessidades do consumo.

2) Controlando e explorando a indústria da energia elétrica, os dois trustes impedem o desenvolvimento da indústria nacional. As iniciativas de fundação de novas fábricas e indústrias são desencorajadas pela ausência de garantia de fornecimento de energia. Qualquer investimento de capital numa empresa fabril sobra com esse obstáculo, intransponível nas presentes condições: onde buscar a energia abundante, constante e a preço acessível?

Exemplos disso nos são fornecidos pela própria Light, que os invoca cinicamente, sempre que se trata de obter mais dinheiro do Governo. Entre eles, é típico o da Vidraria Santa Mariana, em São Paulo, que construiu uma nova fábrica de vidros «Pyrex» e depois confessou não ter esperanças de iniciar a produção, pois necessitava de 500 Kw de energia elétrica em base firme e constante. Tais exemplos poderiam ser citados às dezenas, apresentam-se diariamente.

3) A Light e a Bond and Share sabotam a indústria nacional. Não apenas impedem que se criem novas fábricas, com seu racionamento extorsivo, mas freiam e prejudicam seriamente o funcionamento das existentes. O regime das cotas e dos cortes representa uma ameaça permanente às indústrias eletrometálicas, eletroquímicas, às indústrias que não podem sofrer interrupção em certos períodos da produção. Neste caso estão também as usinas de açúcar. Os cortes inutilizam as cargas dos fornos, alteram a marcha do trabalho, influem na qualidade do produto, ocasionando grandes prejuízos. Além disso, as variações de frequência e potência na energia fornecida também acarretam danos consideráveis. Matarazzo, um dos maiores industriais de tecidos, informou que nas ocasiões em que baixa a frequência os teares trabalham ineficientemente, porque as lançadeiras reduzem a marcha, o que resulta em produtos de qualidade inferior.

4) A falta de energia e o regime de racionamento dos trustes sujeitam as fábricas ao sistema dos geradores próprios. Para evitar interrupções, as indústrias instalam geradores, movidos a óleo Diesel. Trata-se de um recurso antieconômico que muitas empresas não podem suportar. A electricidade produzida assim resulta caríssima. Além disso, os geradores exigem matéria-prima importada, o que representa uma permanente sangria de divisas na economia nacional. Em 1952, quando a falta de divisas encontrava-se em crise aguda, a CEXIM tinha pedidos para a importação de geradores no valor de cerca de 12 milhões de dólares.

O parque industrial de São Paulo é atingido duramente pela política de extorsão e péssimo serviço levada a cabo pela Light, de acordo com o governo Vargas. As fábricas de São Paulo são obrigadas a utilizar o recurso antieconômico dos geradores a óleo, mas em muitos ramos esse recurso torna demasiado cara a produção e é impraticável.



Varrer o Domínio Dos Trustes — Eis o Caminho

O reinado dos trustes, entretanto, não é eterno. Dia a dia crescem os protestos dos patriotas contra o monopólio exercido pelos lanques, animados hoje pela bandeira de luta destruída pela Liga da Emancipação Nacional. Em diversas reuniões de industriais, nos últimos anos, vem se levantando abertamente a questão de tomar medidas energéticas contra os ladrões de energia e sabotadores da indústria nacional. Esses protestos se avolumam principalmente em São Paulo, onde é particularmente sensível o prejuízo causado à indústria e ao comércio pela escassez de energia. No I Congresso de Energia Elétrica, realizado em Ribeirão Preto o ano passado, foi exigida a encampação da Light e da Bond & Share. Hoje, existe no Parlamento um projeto do deputado Euzébio Rocha mandando encampar a Light, projeto que vem recebendo apoio do povo e de industriais e homens de negócio.

Lutando contra os trustes de electricidade, nosso povo enfrenta o imperialismo norte-americano e compreende cada vez melhor que, como diz o Programa do Partido Comunista, para libertar o país da tutela dos monopólios lanques, é preciso afastar da arena o governo que o sustenta e apoia. O domínio exercido pela Light e a Bond & Share constituem um exemplo frisante de que o país se encontra com sua soberania seriamente comprometida, transformando-se numa colônia lanque. O povo unido e disposto à luta, porém, há de conquistar a completa independência nacional, derrubando o poder dos trustes e seus lacaios do governo Vargas e estabelecendo um governo que represente realmente os interesses da nação e de seu povo.

VOZ DOS LEITORES

O GOVERNO E OS PATRÕES LANÇAM OS OPERÁRIOS AO DESEMPREGO

UM leitor de Itajubá (Minas Gerais) acaba de nos enviar um bom trabalho de reportagem, abrangendo a situação dos operários de vários ramos da produção. Eis as notícias que nos envia:

«Corre boato que a fábrica de tecidos Maria Carmelo, de Itajubá, vai demitir vários operários dentre os 500 que ali trabalham. O mesmo boato corre na Companhia Indústria Sul Mineira, Fábrica de Tecidos «Codorna». Nesta trabalham 600 operários, sendo 80% mulheres.

Enquanto reina um ambiente de incerteza, o Sindicato dos Trabalhadores têxteis não toma medida alguma para impedir que os patrões concretizem a dispensa. Isso deve servir de advertência para que nas próximas eleições os operários organizem uma chapa para competir nas eleições, escolhendo os operários e operárias mais combativos, que não sejam influenciados pelos patrões.

No momento os operários estão se movimentando nas empresas para forçar a convocação de uma assembleia na qual sejam tomadas medidas que evitem o desemprego.

E. R.

A 19.ª residência do D.E.R. (Sul de Minas), tem sua sede em Itajubá. Em abril foram dispensados sob alegação de falta de verba, 200 operários. Só receberam os 3 meses atrasados e nada de indenização. O pagamento continua atrasado 3 meses. Já se fala que neste mês, mais 70 operários serão atirados à rua.

Os operários da 19.ª residência somam um total de 600.

Por essa situação se vê que o Governo não está interessado em assegurar boas estradas para o povo. Quanto à alegação de que não há verba, nada a justifica; ao contrário, sabe-se que o pagamento atrasado está rendendo juros. Quando são dispensados, os operários recebem, isso quer dizer que dinheiro há.

Os trabalhadores estão fartos desse governo e darão uma boa resposta aos atuais poderosos, nas próximas eleições.

AGÊNCIA CHEVROLET

Quem controla a Agência Chevrolet da Itajubá é um

POSTA RESTANTE

ARARAQUARA — Recebemos exemplares do boletim de propaganda da Aliança Democrática Brasileira publicado nessa cidade.

— Carta de um ferroviário — ex-guarda-freios da Estrada de Ferro Araraquarense.

BAURU — Carta de Benedita Gonçalves de Oliveira. SALVADOR — Carta de Pedro Alves de Azevedo.

CONDADO — Carta perguntando se recebemos denúncias sobre os escândalos do S.A.I.. Informamos ao leitor que todas as cartas a esse respeito foram aproveitadas, restadas apenas uma recebida dia 6 do corrente, que aguarda sua oportunidade.

RIBEIRÃO PIRES — Recebemos «Prece em homenagem a Luiz Carlos Prestes».

LAGES — Artigo sobre a Guatemala de J. Gualberto.

J. PESSOA — Reportagem intitulada «Impressionante Demonstração de civismo da juventude Paraíba» e boletins feitos naquela cidade de repúdio a Chateaubriand.

CORNÉLIO PROCÓPIO — Comentário sobre o Programa do P. C. B. intitulado «Como vencer a luta?».

S. PAULO — Carta de Clavatt sobre os imperialistas ianques.

DOURADOS (Mato Grosso) — Carta de Pedro Antônio Matos.

S. PAULO — Colaboração do advogado Raimundo Pascoal Barbosa, sobre o Programa do PCB.

Matarazzo transforma em tragédia a vida de seus operários de Vau Novo

UM LEITOR de Vau Novo, escrevendo sobre a Fábrica de Cal Santana, de propriedade da firma Indústria Reunidas Francisco Matarazzo, perto de Santana de Parnaíba (Est. de São Paulo), diz o seguinte:

«Esta vila é propriedade íntima da firma citada. Neste local reina a maior tirania para com os trabalhadores. Dista apenas 40 quilômetros da Capital, Vau Novo tem uma população sacrificada e abandonada aos exploradores. A administração da fábrica só tem um objetivo: a produção, isto é, o lucro. A insalubridade do local de trabalho e as penosas condições do serviço, não interessam aos patrões.

Os operários da seção de poeira trabalham na base do infame sistema de tarefa, um dos mais terríveis métodos de exploração. Os salários diários dependem da quantidade de pedra que quebram com enormes marretas. Depois os operários enchem grandes caçambas de 2 metros cúbicos, recebendo por caçamba 13 cruzeiros. É um salário absurdo: para encher quatro caçambas de pedras quebradas, o operário trabalha 10 a 12 horas. A pedra tem que ser bem limpa, sem impurezas e por esse trabalho de «remarcação» da terra, nada se recebe. O descontentamento é enorme entre esses operários que trabalham no subsolo. O serviço é por demais perigoso e são frequentes os acidentes. Os operários são obrigados a trabalhar em turnos diurnos e noturnos. Os que trabalham à noite produzem oenos porque a iluminação é péssima, ficando ao mesmo tempo mais expostos aos acidentes. Mas recebem o mesmo salário pago pelo trabalho diurno.

Nos dias de chuva a situação desses operários é mais angustiada ainda. São obrigados a trabalhar debaixo de chuva sob pena de suspensão, tendo sobre o corpo tão somente os seus andrajões — pois se não ganham nem para comer e vestir-se, muito menos podem comprar as capas de lonas usadas por operários em firmas menos poderosas. E como se sabe é obrigação das empresas fornecer esses vestuários aos trabalhadores. Enfim, os operários para os patrões não passam de simples bonecos manejados pelos seus capachos.

Na seção de cal a situação dos operários é tanto ou mais lamentável. Os salários para os operários adultos é de 425 cruzeiros por hora. Mas nesta seção a exploração é tremendamente aumentada pelo aumento do ritmo do trabalho. Os trabalhadores têm que fazer o serviço muito rapidamente.



ser aborrecido. Como se alguém tivesse prazer em conversar com um indivíduo desse tipo...

Inúmeras doenças profissionais atacam os trabalhadores, entre elas o reumatismo, a tuberculose e outras causadas pela insalubridade do trabalho e a má alimentação.

Existia na vila uma cooperativa, verdadeira arapuca pertencente à firma, onde os preços não diferem em nada dos preços da capital. Tecidos defeituosos, de algodão, custam 346 cruzeiros o qui-

UMA SUGESTÃO

O LEITOR Leticio, de Manáus, sugere a edição em folhetim de tudo o que até hoje foi publicado na seção PERGUNTAS E RESPOSTAS, sistematizando os assuntos, a fim de ajudar o estudo do Programa e dos Estatutos do Partido Comunista do Brasil.

UMA EXPERIÊNCIA VALIOSA DE UM SINDICATO RURAL

VOLANTE LANÇADO pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, conclamando os trabalhadores agrícolas a se sindicalizarem para unidos lutarem por seus direitos e por suas reivindicações, e que está sendo fartamente distribuído no campo, constitui uma ótima indicação da maneira como pode ser conduzido este trabalho.

Em primeiro lugar, mostrando a necessidade de lutar organizados por melhores condições de vida, a proclamação do Sindicato vai ao encontro da maior aspiração dos camponeses, que é a liquidação imediata da terrível exploração a que estão submetidos pelo latifúndio, o que compreendem, cada dia melhor, que é a única maneira de atingir este objetivo é forjar a unidade inquebrantável dos homens do campo. Um trabalhador sozinho nada pode fazer contra a opressão, mas os trabalhadores unidos são como um feixe de varas: é fácil quebrar uma vara, mas é impossível quebrar um feixe de varas.

Além disso, o volante é um eficiente meio de propaganda, levando às massas camponesas a notícia da fundação de sua associação de classes. Agora os trabalhadores rurais já têm o seu Sindicato, que lutará pelos direitos e reivindicações de todos eles — assalariados de granjas, peões de estância, parceiros, meeiros, etc., — e ao qual devem prestigiar e apoiar com todas as suas forças para que possa conduzir vitoriosamente sua luta contra o latifúndio e a exploração no campo.

Em terceiro lugar, o volante proporciona ao futuro associado uma forma cômoda e prática de inscrever-se no Sindicato. Para isto, o trabalhador não necessita comparecer à sede do Sindicato — o que nem sempre é possível — basta que faça as declarações pedidas, assinie e lhe remetam. No caso de não possuir os documentos necessários à inscrição, o próprio Sindicato se encarregará de obtê-los, o que é de grande importância para os trabalhadores rurais que encontram as maiores dificuldades para conseguir uma simples certidão de nascimento.

O lançamento deste volante pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas constitui uma valiosa experiência que dará um grande impulso à sindicalização dos trabalhadores do campo. (Do correspondente de Pelotas).

A cal é ensacada à máquina e distribuída por intermédio de ponte rolante. O trabalho é tão estafante para os que trabalham na ensacadeira como para os que empilham os sacos por processos manuais. Este serviço requer muita agilidade e força física, sendo brutal o desgaste de energia. Os operários não recebem nem luvas nem óculos para proteção contra a poeira da cal que é extremamente corrosiva.

Citemos a seguir a situação dos operários da seção de lenha para o forno. Eles trabalham às carreiras atirando lenha em um britador onde a mesma é triturada e transportada por meio de ponte rolante até o forno. Esse serviço oferece muito perigo. A madeira quando britada, desprende cavacos que saltam a grande velocidade e frequentemente atingem os operários. Além disso, os operários trabalham descobertos fora sol ou chuva. A única parte coberta é a que fica sobre a britadeira e a caixa de chaves elétricas. Mas o trabalho tem que ser executado, pois o forno funciona noite e dia. Basta dizer que são consumidos seguramente 90 metros cúbicos de lenha diariamente. Quando o britador pára a fim de passar por uma limpeza, então a lenha tem que ser colocada no forno por processos manuais.

A boca do forno fica mais ou menos a 8 metros de altura. Os operários são obrigados a se porem em fila em uma escada para irem arremessando de mão em mão as achas de lenha. Ficam horas e horas nessa incômoda posição que, além de tudo oferece o perigo de se esborracharem no chão a qualquer descuido.

A produção desta fábrica é muito grande — cerca de 9.500 a 12.000 sacas de cal. Os operários são desumanamente explorados. Quem perder um dia de serviço por doença ou outro motivo, perde o dia, o domingo, e a folga — três dias, portanto.

A administração é falha e o diretor é um brutalmente de origem húngara, arrogante. Certamente é um desses bandidos nazistas escapados da justiça de seu país. Não se sabe como foi contratado. Quando um operário a ele se dirige, se está andando, continua. Se está no escritório, expulsa dali e trabalhador alegando que não quer

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável

JOÃO BATISTA DE LIMA F SILVA

MATRIZ
Av. Rio Branco, 257, 17.ª
and. sala 1712
SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2.ª andar.

P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.

Recife — Rua da Palma, 295 s/ 205, Ed. Saet.

Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.

Fortaleza — Rua B do Rio Branco, 1248, s/22.

Endereços telegráficos da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA
ASSINATURAS

Anual Cr\$ 60,00
Semestral 30,00
Trimestral 15,00
N. avulso 1,00
N. atrasado 1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

INTENSA ATIVIDADE ELEITORAL EM RESPOSTA AOS CASSA-VOTOS

Com o lançamento público de candidatos populares, a realização de comícios, a instalação de postos eleitorais, o alistamento em massa de casa em casa e alianças populares marcham os patriotas para enfrentar nas eleições a camarilha dos vende-pátria em desespero.



SENTINDO o crescente interesse do povo pela participação nas próximas eleições, a camarilha pró-americana que domina o país recorre a truques fascistas para tentar impedir a eleição de patriotas e democratas. Na última semana, a maioria de senadores reacionários aprovou uma emenda à lei eleitoral que nega o registro a candidatos que pública ou ostensivamente façam parte ou sejam adeptos de partidos políticos cujo registro tenha sido cassado.

Abôrto fascista

Essa decisão monstruosa, que teve como principal defensor o senador Dario Cardoso, despertou protestos dentro do próprio Senado. Como o demonstraram os senadores Mozart Lago, Aluysio de Carvalho e outros, tratava-se de um dispositivo frontalmente inconstitucional. A monstruosidade dessa medida foi ainda ressaltada pelo senador Carvalho Guimarães ao indicar que, de acordo com essa decisão, cidadãos que são obrigados por lei a votar não têm o direito de serem votados. Esse dispositivo é tão absurdo e viola de maneira tão indecente a Constituição, que até mesmo senadores que votaram pela cassação de mandatos dos parlamentares comunistas, como o sr. Ivo D'Aquino, recusaram-se a aprová-lo.

Na verdade, a medida fascista defendida pelo campeão da indústria da aposentadoria — Dario Cardoso — liquida com a Constituição e significa uma ameaça, não apenas contra os comunistas, mas contra todos os eleitores, organizações e correntes que, dessa ou daquela forma, se colocarem contra o atual governo de fome e opressão e lutarem para emancipar o Brasil do jugo americano ou defenderem as liberdades democráticas.

O Povo é Mais Forte

O objetivo da camarilha fascista ao tentar golpes como esse do Senado, é procurar arrefecer o ânimo dos eleitores, afastá-los das urnas e preparar o terreno para a eleição de vende-pátrias mediante cambalachos eleitoreiros. Esse intento dos inimigos do povo, porém, está fadado ao fracasso. A barganha realizada no Senado, ao invés de afastar os patriotas da luta eleitoral, abriu os olhos de milhares de cidadãos, que sentem cada dia mais a necessidade de unir o povo para derrotar os entreguistas no próximo pleito e mudar a composição atual das câmaras legislativas, bem como escolher prefeitos e governadores que não sejam lacaios dos trustes norte-americanos.

O Exemplo do Distrito Federal

Exemplo desse espírito de luta eleitoral que anima o povo foi o ato de lançamento dos primeiros candidatos populares pelo Distrito Federal. As dependências da Associação Brasileira de Imprensa foram restritas para conter a enorme massa que ali compareceu para aplaudir, com indizível entusiasmo, os candidatos surgidos do meio operário, de dentro dos movimentos patrióticos e da luta pela paz para arrebatar aos elementos mais reacionários e furibundos os postos eletivos. Nesse ato eleitoral foram igualmente lançadas as bases de União Popular Autonomista, visando a congregar numa ampla frente-única todas as correntes democráticas e realmente oposicionistas da Capital da República. O candidato a senador, Valério Konder, que apresentou oficialmente o movimento, salientou que o mesmo constitui um exemplo para todo o Brasil, já que indica a necessidade de, em cada Estado e em cada Cidade, congregar os patriotas em amplas alianças em torno de um programa comum, que contenha as reivindicações mais sentidas do povo. Será assim, salientou, unindo em torno de objetivos populares centrais, que o povo há de reunir forças para derrotar seus inimigos no próximo pleito.

Serão Derrotados os Filhos de Hitler

Em São Paulo foram realizados comícios em São Vicente e Santos, onde já se encontram instalados oito postos eleitorais. Na capital paulista como no interior do Estado ganha impulso a campanha de alistamento em massa. Multiplicam-se os postos eleitorais em outros Estados. A campanha eleitoral atinge a massa do campo, onde, apesar de todos os obstáculos, realizam-se comícios e alistam-se eleitores.

Intensificando a luta para derrotar os entreguistas, o povo responde aos convites da Constituição e há de fazer valer sua vontade nas urnas, queiram ou não os órfãos de Hitler, hoje a serviço do opressor ianque.

No Distrito Federal foi fundada a União Popular Autonomista. O movimento visa a congregar as forças democráticas em torno da bandeira autonomista e das reivindicações populares para derrotar os candidatos da Light e de Getúlio. Nesse movimento, participam ativamente os favelados, que lutam pelo direito à moradia



Candidatos Populares do Distrito Federal

Em vibrante solenidade foram apresentados os candidatos populares do Distrito Federal, patriotas já lançados pelo povo carioca sob a bandeira unitária da União Popular Autonomista. São eles:

Para senador: VALÉRIO KONDER, sanitarista, dirigente do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz

Para deputados federais: EMÍLIO BONFANTE DEMARIA, líder dos marítimos; ROBERTO MOREIRA, dirigente sindical, secretário da C.T.B.; FERNANDO LUIZ LOBO CARNEIRO, engenheiro e um dos dirigentes da luta nacional em defesa do petróleo; ELINE MOCHEL, médica, dirigente feminina; JOSÉ LELLIS, líder dos metalúrgicos cariocas.

Para a Câmara do Distrito Federal: SALOMAO MALINA, ex-oficial da F.E.B., Cruz de Combato de Primeira Classe; ANTONIO MARQUES, vereador, dirigente sindical; MODESTO DE SOUZA, ator de cinema e teatro, um dos organizadores da luta em defesa do cinema nacional; HENRIQUE MIRANDA, professor, membro da diretoria da Liga da Emancipação Nacional; CLAUDE PRESTES, dirigente do Movimento de Ajuda à Imprensa Popular; AUSTIDES SALDANHA, advogado, líder da bancada comunista na Câmara Municipal; JOSÉ JAIME GOMES, presidente do Sindicato dos Marceneiros; GASTAO VALENTIM, dirigente ferroviário da Central do Brasil; ARCELINA MOCHEL GOTO, advogada, secretária-geral da Federação de Mulheres do Brasil; RUI MACEDO, operário da Light; ELISEU ALVES, vereador, líder dos trabalhadores em carris urbanos; ALUIZIO VIEIRA DA CUNHA, presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores do Arsenal de Marinha; FELIX CARDOSO DA SILVA, secretário do Sindicato dos Têxteis; OTON CORDEIRO DE SANTANA, motorista, líder dos trabalhadores rodoviários, RUI ALVES GUIMARAES, secretário do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares; JOSE FERREIRA RAMOS, operário metalúrgico; JARBAS MACHADO, metalúrgico; FRANCISCO CHERMONT, advogado; GERALDO SOARES, operário e líder sindical da Light; ENOCK FONSECA DORIA, membro do Conselho Sindical dos Trabalhadores em Energia Elétrica; PAULO CESAR HENRIQUE, dirigente sindical dos operários de energia elétrica; JOSE FAUSTINO DE ALCANTARA, presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas; FRANCISCO COSTA NETTO, líder juvenil; VICENTE RODRIGUES, portuário; GERSON COSTA DA SILVA, presidente do Sindicato dos Taisfeiros da Marinha Mercante; EUFRASIANO NUNES GALVAO, estivador; EDGARD LEITE FERREIRA, diários da paz.

Os Povos da Asia Contra as Armas Atômicas



AS CRIMINOSAS experiências ianques com a bomba H, realizadas com objetivos de chantagem e intimidação, causaram gravíssimos ferimentos em dezenas de pescadores japoneses que trabalhavam pacificamente a grande distância da zona interdita. O fato provocou manifestações de protesto em toda a Ásia, onde a campanha pela interdição das armas atômicas se transformou numa exigência de toda a população. Estas fotos da "Hsinhua" (Agência Nova China) documentam o grande movimento popular. A direita: Cartazes contra a bomba atômica em Djakarta (Indonésia) e um flagrante da coleta de assinaturas em Tóquio. A esquerda: grandioso desfile pela proibição das armas atômicas em Tóquio e outro aspecto das manifestações na capital da Indonésia.



PLATAFORMA DE UNIDADE DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- ★ Unidade de ação na defesa da soberania e da independência nacional
- ★ Unidade de ação na defesa da vida pacífica do povo português
- ★ Unidade de ação na conquista das liberdades democráticas.

Importante resolução aprovada pela V Reunião Plenária do CC do PCP

DESDE 1928 sofre o povo português sob o guante do regime de fome e opressão, de terror fascista chefiado por Salazar. Antigo lacão de Mussolini e Hitler, o despota Salazar surge hoje os novos anos, os imperialistas de Wall Street.

Nessas condições, o valoroso partido de vanguarda do proletariado e do povo de Portugal, o heróico Partido Comunista Português, é forçado a desenvolver sua atuação na mais completa clandestinidade. As inúmeras dificuldades que os comunistas portugueses enfrentam diariamente engrandecem sua luta aos olhos da classe operária e das forças avançadas de todos os países do mundo. Em nossa pátria, ligada por tantos e tão profundos laços à pátria de Bento Gonçalves e Alvaro Cunhal, as massas acompanham com ardente solidariedade a atuação do invencível P. C. P. E com alegria que são recebidas as notícias que se escoram a custo para fora do imenso campo de concentração em que Portugal está temporariamente transformado, notícias que informam das lutas e das vitórias do povo português e seu Partido Comunista.



MILITÃO BESSA RIBEIRO



ALVARO CUNHAL

Há quatro anos os bandidos salazaristas da "Pide" — a hedionda polícia da ditadura fascista de Portugal — assassinaram o dirigente comunista Militão Bessa Ribeiro.

O terror mais sangrento não consegue impedir que cresçam as lutas do proletariado e do povo português. Em vão os serviços do imperialismo americano, encastelados no governo, tentam isolar o glorioso Partido Comunista Português da classe operária, das massas camponesas, das amplas forças democráticas. Mesmo quando presos e à mercê dos seus algozes, os comunistas fazem de sua conduta firme e digna de revolucionários um incentivo à luta pela união e a libertação de seu grande povo.

Militão Bessa Ribeiro, companheiro de Bento Gonçalves e Alvaro Cunhal, destacou a causa da paz e da liberdade. Seu nome inspira milhares e milhares de novos lutadores, é motivo de honra e orgulho para seu povo.

Desde o dia 25 de março de 1949, quando foi preso pela Gestapo salazarista, Alvaro Cunhal, o grande dirigente do Partido Comunista Português, está submetido às mais duras condições de incomunicabilidade e torturas morais que põem em risco constante sua saúde e sua vida. O movimento de solidariedade, exigindo que cesse o brutal isolamento de Alvaro Cunhal, cresce sem cessar em Portugal e se estende no exterior.

A posição corajosa e consequente de Cunhal ante o iníquo tribunal salazarista que o condenou, é motivo de orgulho e inspiração para a luta dos povos. Suas acusações veementes e irresponsáveis aos algozes que pretendiam fazê-lo calar repercutiram profundamente no Brasil, revelaram ao nosso povo a fibra de um lutador leninista-stalinista, demonstraram a pujança da luta do povo e do proletariado de Portugal. O povo brasileiro se une ao povo português na luta pela anistia, pela libertação de Alvaro Cunhal.



munista Português, realizou-se em princípios de 1954 a quinta reunião ampliada do Comitê Central do P. C. P. Este fato, por si só, constitui mais uma vitória sobre o banditismo fascista no poder, pois demonstra que apesar de toda a onda de terrorismo, o Partido Comunista vive, cresce e se fortalece na luta. As importantes resoluções adotadas pela reunião ampliada do C. C. do P. C. P. estão destinadas a profunda influência na marcha dos acontecimentos, na vida política de Portugal. Nessa reunião foi aprovada a «Plataforma de unidade do Partido Comunista Português — em nome da independência nacional, da paz e da democracia.»

Com o objetivo de derrubar o fascismo e instaurar um Governo Democrático de Unidade Nacional que proceda a eleições livres, o P. C. P. propõe a todas as forças democráticas do país a mais ampla unidade de

2.ª — Unidade de ação na defesa da vida pacífica do povo português. Isto quer dizer: combate decidido a tudo que possa arrastar o país à guerra, redução imediata das ruinosas despesas militares; política de amizade com todos os povos e apoio a todas as ações tendentes a garantir a paz mundial.

3.ª — Unidade de ação na conquista das liberdades democráticas. Isto quer dizer: luta contra o regime fascista, nenhum entendi-

mento ou negociação com os agentes do governo, luta pelas liberdades democráticas e por um Governo Democrá-

tico de Unidade Nacional, representativo de todas as correntes democráticas e que realize eleições livres.

MENSAGENS AO P. C. U. S. E AO P. C. B.

A REUNIÃO ampliada do C. C. do P. C. P. enviou calorosa mensagem ao Partido Comunista da União Soviética, modelo e inspiração para a luta de todos os partidos comunistas. Outra mensagem foi enviada ao Partido Comunista do Brasil, ao seu Comitê Central e ao querido camarada Luiz Carlos Prestes, guia e chefe do povo brasileiro em que se diz: «Os comunistas portugueses, a classe operária e todos os patriotas que lutam pela libertação do seu mais destacado dirigente, o camarada Alvaro Cunhal, que há cinco anos se encontra isolado nas masmorras salazaristas, têm em alto valor a contribuição que o Partido Comunista, a classe operária e o povo do Brasil têm dado a esta luta.»

Extinto o campo de morte do Tarrafal

Dezenas dos melhores filhos de Portugal foram submetidos à morte lenta e cruel na Bucheuvald salazarista, o famigerado campo de concentração do Tarrafal, tristemente célebre no mundo inteiro. Lá perderam a vida Bento Gonçalves, Caldeira, Antonio Guerra, Mario Castelhana, Januário e numerosos outros heróis e mártires do povo português.

líticos, muitos dos quais foram arrancados às lígubres masmorras de Salazar. Assim, já foram devolvidos à liberdade os últimos marinheiros presos desde 1936, a conhecida escritora Maria Lamas, membro do Conselho Mundial da Paz e a valorosa democrata Colélia Fernandes.

Na sua luta pelas liberdades, o povo português denuncia os sinistros planos de Salazar que construiu um novo campo de concentração em Angola, na África, com o intuito de recidivar os hediondos crimes de Tarrafal. Os pixamentos nos muros de todo Portugal bramam a exigência unânime do povo:

Nem mais um preso político para fora do continente! Extinção do campo de concentração de Angola!! Anistia Anistia!

Plataforma de Unidade do P. C. P. Como informe o Avante, órgão central do Partido Co-

1.ª — Unidade de ação na defesa da soberania e da independência da nação. Isto quer dizer: denúncia do Pacto do Atlântico, do Bloco Ibérico e do Tratado Luso — Brasileiro; restituição das bases militares às forças armadas nacionais, relações diplomáticas, econômicas e culturais com todos os pa-



Vida dos Partidos Comunistas

O XIII CONGRESSO DO P. C. F.

ENCERROU-SE no dia 7 de junho o XIII Congresso do Partido Comunista Francês reunido em Ivry. O Informe político, «Pela mudança da política francesa, pela independência nacional e pela paz», foi apresentado pelo camarada Jacques Ducloux. Os outros informes estiveram a cargo dos camaradas Marcel Servin (sobre as questões de organização), François Billoux (sobre o trabalho entre a juventude), Waldeck Rochet (sobre a atividade do Partido no campo) e Leon Feix, que exortou a estreitar os laços fraternais do povo francês com os povos oprimidos pelo imperialismo francês.

SAUDAÇÃO DO P. C. U. S. — Foi acolhida com indescritível entusiasmo a mensagem do Partido Comunista da União Soviética. Nessa mensagem «o Comitê Cen-

tral do Partido Comunista dos novos êxitos ao Partido Comunista Francês na defesa da independência nacional e dos interesses vitais dos trabalhadores, na organização da unidade de ação da classe operária e a coesão de todas as forças patrióticas do país, no fortalecimento de suas fileiras e a educação dos membros do Partido no espírito do marxismo-leninismo, na luta pela paz, a democracia e o socialismo.»

Depois da leitura da mensagem pelo camarada Etienne Fajon, os delegados, de pé, cantaram a «Internacional».

MENSAGENS E DELEGAÇÕES FRATERNAS

Assistiram ao Congresso representantes de 19 Partidos Comunistas e Operários, bem como de três partidos progressistas da África — do Senegal, da Nigéria e do Camerun — além do delegado do jornal malgache «Lalam Baovao». Saudaram o Congresso delegados fraternais dos partidos irmãos da Tchecoslováquia, Itália, Bulgária, România, Inglaterra, Finlândia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Áustria, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Luxemburgo e Israel.



À Luta, Pela Vitória dos Candidatos Populares!

CENTENAS de candidatos populares às eleições de 3 de outubro próximo, estão sendo lançados em todo o país. O povo brasileiro terá, assim, a quem dar o seu voto para os diferentes postos eletivos.

Os candidatos populares são homens e mulheres merecedores da confiança do povo, provados nas lutas pelos interesses e reivindicações das massas. A sua eleição será uma garantia de que o nosso povo contará com representantes honestos e patriotas, que saberão utilizar os postos, para os quais forem eleitos, como trincheiras na luta pelos direitos das massas trabalhadoras e populares e pelos interesses da pátria.

Realizar uma grande campanha eleitoral, sem precedentes em nosso país, para assegurar a vitória dos candidatos populares — esta é a tarefa na qual todos os patriotas e democratas precisam se empenhar com o máximo de suas forças.

Como deve ser lançada uma candidatura?

Depois de lançada uma candidatura, que se deve fazer para assegurar a vitória do candidato popular e levar o povo brasileiro a intensificar a luta pelas suas reivindicações e contra os inimigos da pátria?



ORGANIZAR A CAMPANHA



O candidato popular deve ser lançado por uma ampla Comissão de Candidatura, constituída de elementos representativos em cada setor. A apresentação do candidato deve ser feita sempre num ato público, de preferência um comício, precedido de intensa propaganda.

A Comissão de Candidatura não pode ser um organismo formal. Ao contrário, precisa ser o mais operativo possível. Deve funcionar num posto central, cuja sede ficará aberta permanentemente. Para que a Comissão funcione com eficiência é indispensável que ela tenha o seu próprio plano de trabalho, prevendo a criação nas empresas, bairros, fazendas, escolas, etc., de comissões de

apoio ao candidato, além das medidas relativas, à impressão e distribuição de chapas, à conquista de eleitores, etc.

Questão de fundamental importância é a elaboração do programa com o qual o candidato se apresenta às massas. Deve ser um programa concreto, contendo as reivindicações de cada local e refletindo os interesses gerais de nosso povo: a paz, as liberdades, a soberania nacional.

Planificada a campanha a elaborado o programa de reivindicações, cabe ao candidato e às comissões que o apoiam lançar-se com todo ardor na campanha eleitoral.

PROPAGANDA

QUE ATINJA A MILHÕES



A PROPAGANDA dos candidatos e de suas plataformas é outra questão de fundamental importância. É indispensável fazer-se uma grande propaganda das candidaturas, capaz de despertar a atenção de todo o nosso povo. Não podemos nos conformar com uma propaganda apenas para centenas ou milhares de pessoas. Nossa propaganda precisa atingir a milhões de brasileiros, de todas as classes e camadas sociais.

Todos os meios de propaganda devem ser utilizados. São indispensáveis os cartazes, os letreiros, as faixas, os volantes e "papagaios". Em sua confecção devemos empregar o máximo de audácia, descobrin-

do sempre novas maneiras de despertar a atenção das massas. São de enorme eficiência o rádio e os alto-falantes.

Ao lado desses recursos, devemos realizar diariamente, da manhã à noite, palestras e comícios nos locais de trabalho, nas feiras, nas concentrações populares. Além disso, fazer visitas às assembleias de massa, às organizações operárias, populares e às residências. Finalmente, programar caravanas festivas às localidades do interior.

Os candidatos patrióticos são os porta-vozes do povo brasileiro.



Levar as Massas à Luta

COMO DEVEM se dirigir às massas os candidatos populares e os propagandistas de suas candidaturas?

Devem discutir os problemas mais sentidos dos operários, dos camponeses e de todo o povo, dependendo do setor a que se dirijam. Mostrar que o governo de Vargas é o responsável pela situação de miséria em que vive o povo e pela dominação de nosso país pelos magnatas norte-americanos. Esclarecer que a eleição pode e deve ser aproveitada para impôr uma derrota nos inimigos do povo. E deve apontar às massas a justa saída apresentada pelo Partido Comunista em seu Programa, proclamando a união de todo o povo para derrotar o governo de Vargas. Todo trabalho de propaganda eleitoral deve ser aproveitado para colocar nas mãos das massas, além do programa do candidato, o Programa do P. C. B.

O trabalho de propaganda dos candidatos deve ser utilizado ainda para impulsionar a organização das massas e condit-las, desde já, à luta pela solução de seus problemas. Uma experiência nesse sentido é a de uma candidato de Niterói (Estado do Rio) que, ao realizar um trabalho de visitas no Saco de São Francisco, organizou durante a visita uma união feminina. O mesmo pode ser feito no país inteiro, em relação a todas as camadas da população.



Fazer Novos Eleitores

O alistamento de novos eleitores tem uma importância decisiva. Encerra-se no dia 3 de agosto próximo o prazo para o alistamento. Isso quer dizer que é preciso acelerar cada vez mais o ritmo de trabalho a fim de que até aquela data se atinja, em todo o país, a cota de 500 mil novos eleitores.

O candidato e as comissões de apoio à sua candidatura não têm tempo a perder. Precisam se lançar incansavelmente no trabalho da criação de novos e novos postos eleitorais, do maior número de postos volantes e de conseguir dezenas, centenas, milhares de alistadores.



DERROTAR OS ENTREGUISTAS! ELEGER OS PATRIOTAS!

VARGAS, OS GENERAIS FASCISTAS e os políticos reacionários, obedecendo às ordens de seus patrões norte-americanos, procuram por todos os meios impedir a participação dos comunistas nas próximas eleições. Com este objetivo conseguiram aprovar no Senado o monstruoso projeto do senador-negocista Dario Cardoso.

Mas os planos ianques, executados por Vargas, podem ser derrotados. O povo exige eleições em que possa manifestar a sua vontade, em que possa votar nos candidatos de sua confiança, os candidatos populares. No curso da campanha eleitoral é urgente levantar uma poderosa onda de protestos junto ao governo, ao Senado e à Câmara contra o projeto Dario Cardoso.

E' o povo, e não Vargas, que dirá a última palavra. E o povo está decidido a ir às urnas para derrotar Vargas e todos os reacionários e eleger os verdadeiros patriotas — os candidatos populares.

UMA CASCATADA DE CENTRAIS Hidrelétricas na SIBÉRIA

O RIO ALMANTICA, na Sibéria, é formado pela junção de inúmeros riachos que nascem das Neves que cobrem as picas de altas montanhas. Depois de alimentar o grande lago de Alma-Atá, a 2.530 metros acima do nível do mar, o rio Almantica se despeja, turbulento, entre rochas e por pedregosos desfiladeiros, cobrindo-se de alvo manto de espuma, através de cascatas e corredeiras.

Os engenheiros soviéticos demonstraram, baseando-se em cálculos precisos, que, neste rio, se podia construir uma cascata de centrais hidrelétricas para o fornecimento de energia barata aos lares e às indústrias da capital do Kazaquistão.

A construção da «cascata» foi iniciada na primavera de 1943 e inverno de 1944 já estava pronto o primeiro setor. Atualmente, novas centrais estão sendo construídas, pois os recursos hidronegéticos do Almantica estão longe de terem sido esgotados.

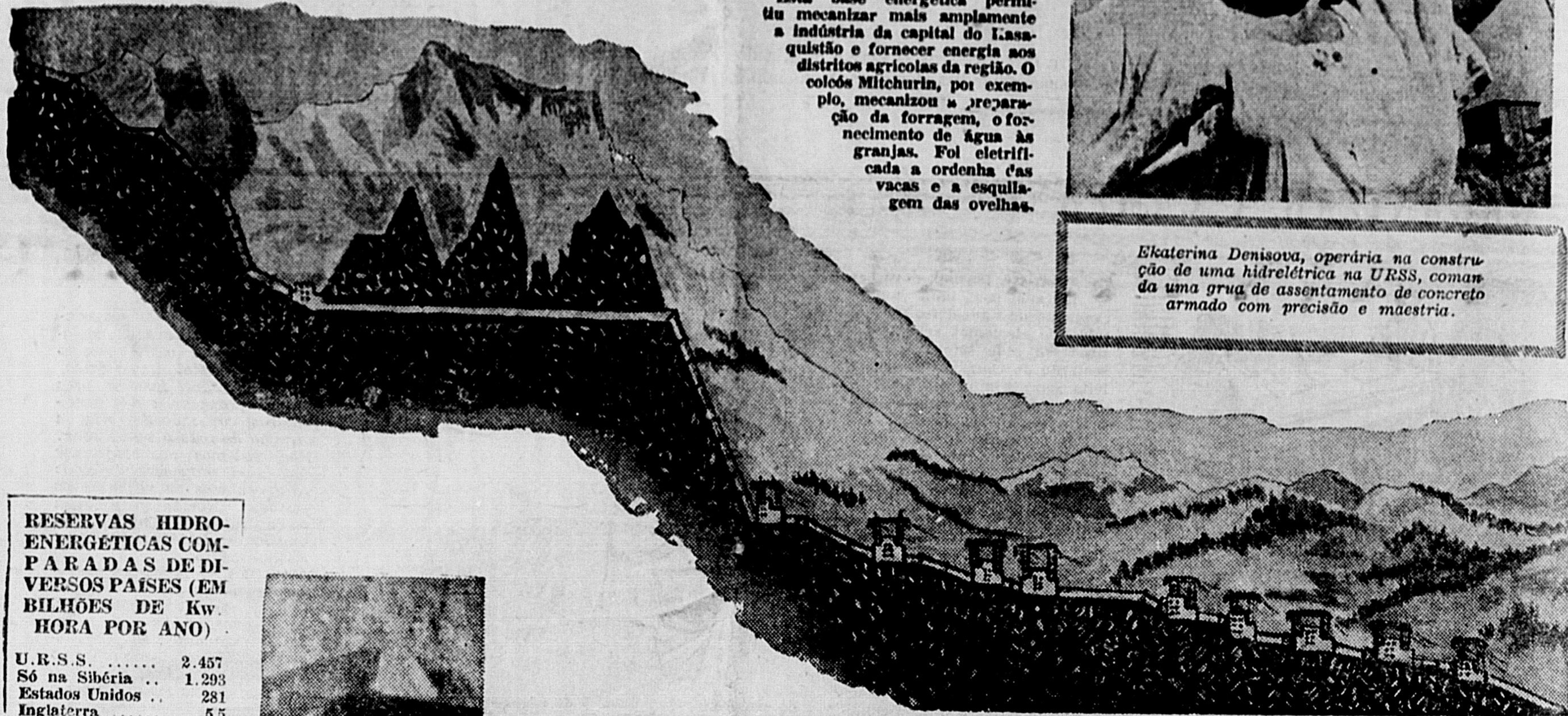
No lugar em que o Almantica sai do lago Alma Atá foi construída uma barragem, transformando assim o grande lago num imenso reservatório natural, o que permite regular, dia a dia, estação a estação, a descarga de água necessária para este sistema hidronegético.

O canal de escoamento das águas comunica com um aqueduto que vai até às turbinas da central n.º 1. Esta central, recentemente construída, é a mais poderosa do sistema. Daí a água se precipita, pendente abaixo, em direção às demais centrais. O sistema de comando da cascata é inteiramente automático.

Esta base energética permitiu mecanizar mais amplamente a indústria da capital do Kazaquistão e fornecer energia aos distritos agrícolas da região. O colôco Mitchurin, por exemplo, mecanizou a preparação da forragem, o fornecimento de água às granjas. Foi eletrificada a ordenha das vacas e a esquila-gem das ovelhas.

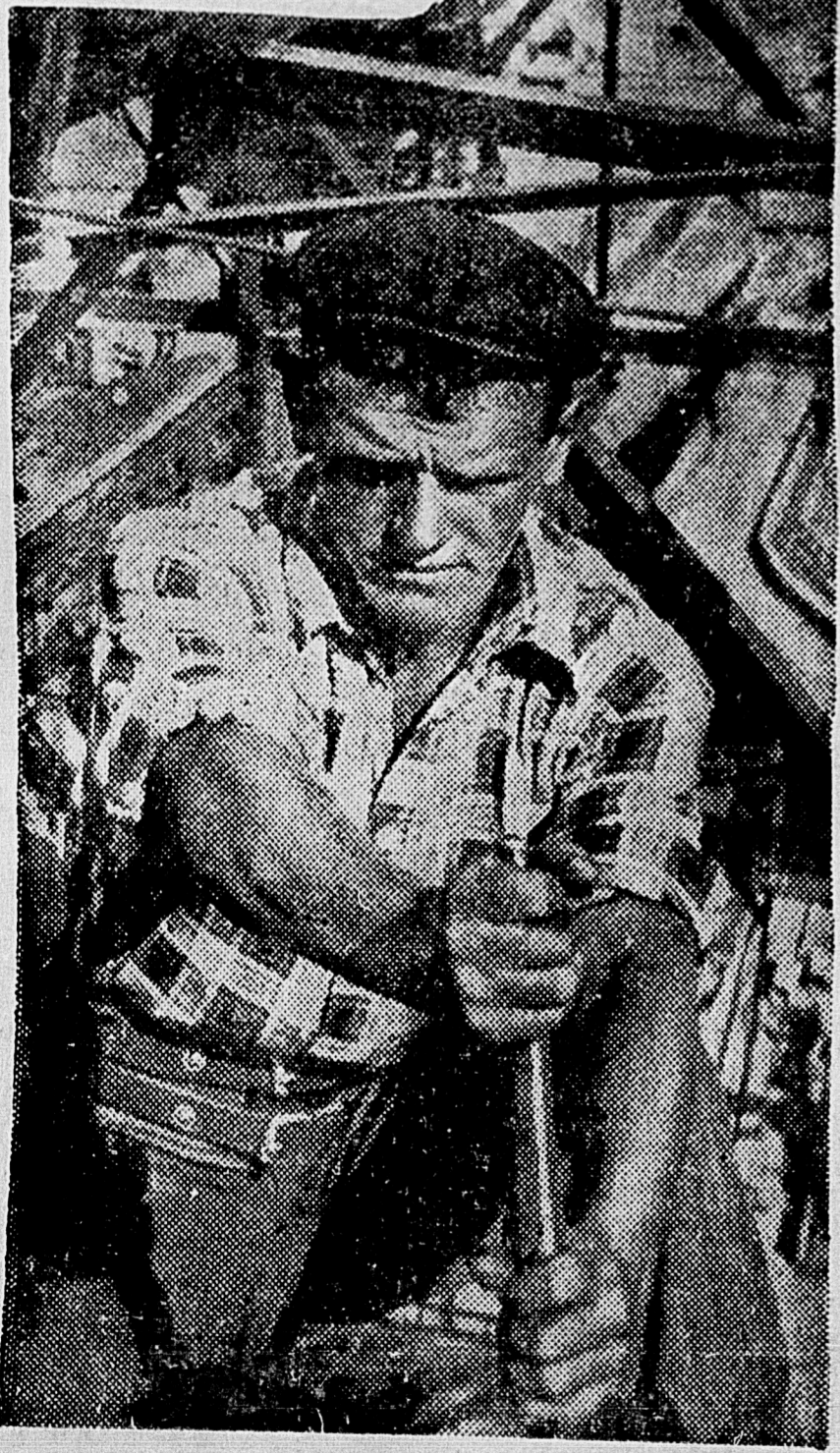


Ekaterina Denisova, operária na construção de uma hidrelétrica na URSS, comanda uma grua de assentamento de concreto armado com precisão e maestria.



RESERVAS HIDRO-ENERGETICAS COMPARADAS DE DIVERSOS PAISES (EM BILHÕES DE Kw. HORA POR ANO)

U.R.S.S.	2.457
Só na Sibéria ..	1.293
Estados Unidos ..	281
Inglaterra	5,5



O operário T. Bumko trabalha na montagem da armadura da casa das máquinas numa central hidrelétrica.

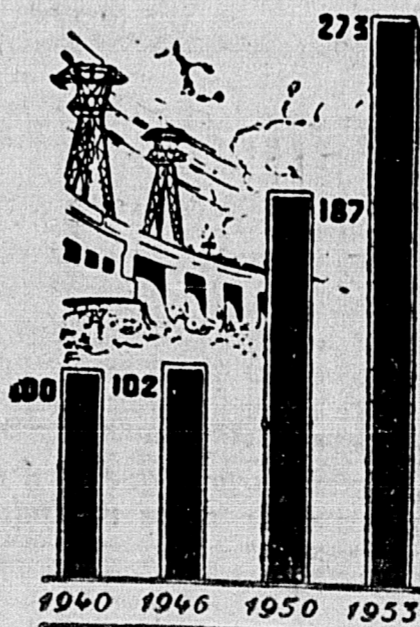
Mais de 108.000 cursos d'água cortam as planícies e as montanhas da União Soviética. Imaginal-os colocados um depois do outro: seria um rio enorme de dois milhões de quilômetros de comprimento, cinquenta vezes a volta da terra. A potência dos maiores desses rios é 500 vezes mais a da central de Dnieprotrovsk, a maior central hidrelétrica da Europa, construída ainda no Primeiro Plano Quinquenal. Esses recursos colossais quase nem eram utilizados antes da Revolução. A Rússia czarista produzia apenas 1,9 bilhões de quilóótes-hora, somando a energia termelétrica e hidrelétrica.

«Rirá Melhor Quem Rir Por Último»

Um dos primeiros objetivos do Poder Soviético foi precisamente a eletrificação do país. «O comunismo é o Poder Soviético mais a eletrificação de todo o país». A fórmula de Lênin, efetivamente, deu a chave para a construção de uma poderosa indústria pesada capaz, por sua vez, de desenvolver as indústrias mecânicas e leves, impulsionar a agricultura com o objetivo de satisfazer ao máximo as necessidades sempre crescentes da população.

Entretanto, dado o atraso em que se encontrava a Rússia de então a tarefa parecia quase irrealizável. Mesmo um espírito audacioso como Wells achou exagerado o plano leninista. Wells escreveu: «Pode-se imaginar projeto mais au-

daz, num país imenso, plano, com florestas infinitas e camponeses incultos, onde o desenvolvimento da técnica é insignificante e onde definhava a indústria e o comércio?»



Realmente, não foi fácil. Mas a confiança de Lênin foi brilhantemente justificada pelos fatos. Quando foi posta em funcionamento a primeira central hidrelétrica da URSS, em 1921, com apenas 12.000 quilóótes, Lênin disse: «E' um princípio muito modesto. Talvez faça rir o estrangeiro habituado com a eletrificação americana, alemã ou sueca. Mas rirá melhor quem rir por último».

A central de Volkov foi construída com pás e carrinhos de mão, com serrotes e com machados. Mas hoje são máquinas gigantescas que erguem as barragens nos maiores rios da Europa e da Ásia, nas planícies e nas altas montanhas, nos grandes rios de curso tranquilos, como nas torrentes encachoeiradas do Cáucaso do Altai.

Quarenta Centrais Hidrelétricas Em Construção

Em 1924-1925, a produção de energia elétrica da URSS mal chegava a três bilhões de quilóótes-hora. Em 1940 essa produção já era de 48,2 bilhões. Chegou a 117 bilhões em 1952 e foi além de 133 bilhões em 1953.

Em 1950 a proporção de energia hidrelétrica era de 18% em relação ao conjunto. Essa proporção aumenta continuamente. O Plano Quinquenal 1951-1955 previu o dobro da potência total atual das centrais elétricas. Mas a das hidrelétricas será triplicada. Isso será obtido com a entrada em serviço da central gigante de Kuibishev, com 2,1 bilhões de kw, bem como com o término das centrais de Kakovka, Kama, Gorki, do Irtych e outras.

Quarenta centrais hidrelétricas estão em construção na União Soviética. Os engenheiros soviéticos têm experiência da construção em terrenos moles e em solos rochosos, na planície e na montanha. Eles se empenham em equipar os cursos d'água com uma série de centrais em cascata, o que melhora sensivelmente o regime energético de cada um deles, facilita a navegação e a irrigação das regiões ribeirinhas.

Em toda parte, máquinas possantes realizam um trabalho enorme para a maior produção de eletricidade, forjando a armadura elétrica do comunismo em marcha triunfante.

MOBILIZAR E ORGANIZAR AS MASSAS PARA A VITÓRIA DO PROGRAMA DO P. C. B.

O PROJETO de Programa do P.C.B. é um documento que mostra que o nosso Partido vai amadurecendo politicamente. A sua publicação no órgão do Biro de Informação dos Partidos Comunistas e Operários é a mais alta prova de que este documento marca época na história do Partido, não é um documento qualquer, mas um documento capaz de figurar como um trabalho de marxismo criador.

O Programa assinala as tarefas da atual etapa da revolução brasileira. Analisando a realidade brasileira à luz da ciência marxista-leninista o Programa caracteriza a atual etapa da revolução como antifeudal e antimperialista, esclarecendo quais as classes e camadas interessadas nessa revolução.

O Programa coloca entre as forças interessadas na luta antifeudal e antimperialista a burguesia nacional. Stálin nos ensina que é um erro não ver, nos países coloniais, que a burguesia nacional é oprimida pelo imperialismo e que, na defesa de seus interesses, pode marchar com o proletariado na primeira etapa da revolução. Este erro foi cometido por nós no Manifesto de Agosto. Ampliávamos desnecessariamente o campo de luta do inimigo e restringíamos o campo das forças revolucionárias.

Mas a participação da burguesia nacional nesta etapa da revolução não leva a significar, de maneira alguma, que devemos amainar a luta de classes. Ao contrário, se a força hegemônica da revolução é a classe operária, esta só conseguirá estabelecer sua hegemonia através das lutas. Então, o nosso dever é acirrar a luta de classes para que o proletariado possa cumprir o seu papel de força dirigente da revolução.

Nesta importantíssima questão do desencadeamento das lutas, as bases de nosso Partido desempenham um papel fundamental, decisivo. É às organizações de base que cabe a tarefa de unir e organizar a classe operária para a luta pela tomada do poder. O camarada Prestes, no informe "Sobre o Projeto de Programas", mostra-nos a importância da tarefa das organizações de base ao assinalar que o êxito do nosso esforço para transformar o Programa do Partido em programa de todo o povo exige que cada base se transforme num verdadeiro dirigente de massas. Afirmo o Programa que o caminho da revolução brasileira é precisamente o caminho das lutas revolucionárias de massas.

Entretanto, essa posição das bases, de dirigentes políticos, não vem sendo bem compreendida por nós. Não levamos ainda as nossas organizações de base a se voltarem para a tarefa de unir e organizar as massas e levá-las à luta. Perdemos ainda inúmeras oportunidades de acirrar as lutas, de elevar seu nível e de educar as massas, através da sua própria experiência, ganhando-as para as posições do Partido. Um exemplo disso foi a campanha pelo novo salário-mínimo. Apesar dos êxitos alcançados nessa luta, pouco fizemos ainda para assegurar a participação ativa das grandes massas na campanha, para desmascarar o governo de Vargas. Não vimos suficientemente nesse movimento uma das condições para lutar pelo Programa do Partido.

Esta subestimação é decorrente da falta de assimilação

OS TRABALHOS para o IV Congresso do P. C. B. comprovam, praticamente, o elevado papel que desempenha a imprensa do Partido como o mais poderoso instrumento que temos em nossas mãos para realizar uma agitação e propaganda verdadeiramente eficientes. Ao mesmo tempo, põem em evidência as nossas debilidades nesse terreno e indicam aos comunistas a necessidade de um redobrado esforço com o objetivo de rapidamente transformar-se a nossa imprensa em imprensa de todo o povo.

As grandes tarefas diante das quais nos encontramos, e de cuja execução depende a vitória do Programa do Partido, mostram quanto é necessário e urgente superar a subestimação do papel da imprensa, assinalada pelo camarada Prestes no Informe «Sobre o Programa do P. C. B.». A assimilação do Programa do Partido pelos militantes, assim como a conquista das amplas massas operárias e populares para as nossas posições, exigem que a questão da imprensa se converta numa preocupação constante dos organismos e militantes do Partido. O IV Congresso do P. C. B. deverá representar um passo importante para liquidar com o atraso em que se encontra a nossa imprensa, atraso profundamente prejudicial ao Partido.

Em dois sentidos, fundamentalmente, deve-se orientar o esforço dos organismos partidários visando a colocar a imprensa do Partido à altura de sua elevada responsabilidade.

Levar Nossos Jornais a Milhões de Brasileiros

Primeiro, é necessário fazer com que os nossos jornais expressem fielmente os interesses e as aspirações da classe operária e da maioria esmagadora da população do país, refletindo em cada linha a orientação política traçada no Programa do Partido.

Segundo, é preciso assegurar, por todas as maneiras, à nossa imprensa, uma vasta difusão, levando a que ela penetre nos mais amplos setores do povo brasileiro. Se desse modo poderemos assegurar um eficaz trabalho de popularização do Programa do Partido, poderemos ajudar eficientemente as massas e dirigí-las em sua luta pelo pão, pela liberdade e pela soberania da pátria.

Para que possa a imprensa do Partido transformar-se, em pouco tempo, como as condições exigem, em imprensa de todo o povo, é necessário que os organismos partidários tomem em suas mãos, com determinação e energia, essa grande tarefa.

Isso significa que é indispensável os orga-

Ramiro LUCCHESI

do Programa, é ainda fruto da incompreensão do papel dirigente do proletariado.

O Programa é um documento científico. Devido ao nosso baixo nível teórico, precisamos fazer um sério esforço para assimilá-lo. Isso é indispensável a fim de que possamos atuar com acerto, evitando as tendências quer de direita quer de "esquerda". Antes de 1948 e depois do Manifesto de Agosto incorremos em falsas posições de direita. Depois, caímos em erros de "esquerda", que nos causaram graves prejuízos, principalmente o desligamento do Partido em relação às massas, como resultado de posições sectárias como o afastamento dos sindicatos e de querer fazer de vontade a realidade, querendo desfiar greves onde as massas ainda não tinham decidido, mas porque achávamos que era preciso.

A assimilação do Programa do P.C.B. nos coloca em posição de combater as tendências de "esquerda" e de direita. Quanto às tendências de direita precisamos estar vigilantes para não cairmos no capitulacionismo, no amainamento da luta de classes a pretexto de não afastar da frente-única os aliados.

Só através do acirramento das lutas é que poderemos nos ligar às massas. O camarada Prestes diz que não basta apenas a agitação e propaganda para transformar o Programa do Partido em programa de todo o povo. Diz que é preciso a ação, a atividade dos comunistas no seio das massas. Através dessas ações, dessa atividade perseverante é que faremos de nosso Programa o programa das grandes massas, criando as condições necessárias para a formação da frente-única.

Para avançarmos na organização da frente-única, da qual participa a maioria da população do país, é preciso levar à prática a unidade de ação em todas as frentes de trabalho para tornar cada vez mais fortes as organizações de massas existentes. Para conseguir a unidade de ação é necessário conhecer os sentimentos das massas, as reivindicações mais sentidas, que sejam capazes de despertar, unir e organizar as massas para levá-las à luta.

Atualmente, as condições são favoráveis para o cumprimento dessa tarefa. No entanto, a subestimação que ainda existe em nosso Partido relativamente às organizações de massa nos impede de avançar como é possível. Essa subestimação é uma consequência de não compreendermos bem o ensinamento contido no Programa de que é indispensável organizar as amplas massas e estruturar a frente-única para a tomada do poder.

O poder só passará para as mãos das forças democráticas e populares se elas estiverem sólidamente organizadas. É imensa, portanto, a importância das organizações de massas que, por sua vez, só desenvolverão um trabalho realmente consequente se forem orientadas para a luta pelas reivindicações das massas, pela independência nacional, pelas liberdades, pela paz e contra a política de Vargas. É indispensável que nos voltemos cada vez mais para as organizações de massa, ganhando-as para as nossas posições, através de um pertinaz e incessante trabalho de persuasão.

O Estudo da História e a Realidade Brasileira

Rivadavia Mendonça

O estudo da história política, social e econômica do Brasil é hoje uma necessidade urgente para todos aqueles que desejam conhecer a realidade brasileira.

O conhecimento das causas e dos antecedentes dessa realidade é valioso fator de assimilação dos ensinamentos teóricos e práticos do projeto de Programa do P.C.B., porque foi a análise científica dessa realidade, à luz do marxismo-leninismo, que permitiu a elaboração de tão importante documento.

Nos dias presentes é tarefa complexa e de grande vulto esse estudo do desenvolvimento histórico, da vida e das lutas do povo brasileiro, porque não existem trabalhos elaborados cientificamente que deem aos estudiosos os elementos básicos para programar e sistematizar a sua iniciação no apredizado de nossa história.

Escrever história tem sido até agora em nosso país cogitação empírica de alguns historiadores desprovidos em sua generalidade de conhecimentos teóricos indispensáveis à produção de obra séria e exata. Um ou outro trabalho esparso, de modestas proporções, tem aparecido, mas sem um sentido de conjunto da história, revelando apenas ensaios episódicos, ainda que de todo modo necessários, mas não suficientes ao encaminhamento daqueles que desejam dedicar-se ao estudo da matéria.

Essa deficiência contribui também para que não saibamos aplicar com acerto a teoria marxista-leninista, ao estudo da realidade brasileira, como afirmou o camarada Prestes, no Informe sobre o Programa, onde acrescenta a seguir: «...e por isto baseávamos, em boa parte, nossa atividade em concepções subjetivas, que nos levam, ora ao empirismo, ora ao dogmatismo...» É esta uma justa constatação que se aplica muito bem na elaboração e no estudo de história que muitos de nós vimos procurando realizar.

Com exceção dos diversos e valiosos documentos da direção do Partido, não há trabalho de história brasileira que nos ajude plenamente nesse estudo básico do desenvolvimento da realidade em nosso país. Ao contrário disto, alguns dos trabalhos existentes atrapalham e desorientam esse estudo, como é o caso particu-

lar da «História Econômica do Brasil», de autoria do camarada Caio Prado Junior, elaborada para uma coleção especializada de uma empresa editorial do México e também editada no Brasil, em 1945, pela Editora Brasiliense, de propriedade do autor.

Em sua «História Econômica do Brasil», Caio Prado Junior causa os maiores prejuízos aos estudiosos, devido os graves erros e de formações da realidade histórica que pratica a cada momento em seu trabalho.

Qualificando-a de «interpretação histórica» elaborada «cientificamente», afirma Caio que «... me oriento pela dialética materialista, em espécie», surpreendente novidade que nos causa essa «especificidade» de sua dialética. Para justificá-la, produz uma rebuscada, falha e mal elaborada explicação do choque entre os princípios filosóficos idealistas e materialistas, revelando a sua fastidiosa insegurança na matéria.

Não obstante essa introdução teórica justificadora da sua posição filosófica, a «História Econômica» de Caio Prado Junior não é materialista, nem dialética, nem retrata, por isto mesmo, a realidade brasileira no curso de seu desenvolvimento. Desprezando a sua própria afirmação de fidelidade à dialética, Caio não aplica o método dialético no estudo dos fenômenos históricos e não os interpreta através da teoria materialista. Dizendo-se pesquisador que trabalha com os instrumentos do método dialético, o autor de «História Econômica do Brasil» se desdiz na prática porque a sua história é um conjunto casual de fenômenos, desligados entre si, sem interdependência e ao mesmo tempo, ele silencia sobre fenômenos dos mais importantes da vida do nosso povo e a outros apresenta deformados ou mutilados. Não há na sua história a verdadeira característica do perene movimento e das modificações constantes nos fatos históricos e por isto não dá a mínima idéia do que nasce e se desenvolve e do que morre e desaparece, e, devido isto, não penetra nas causas dos acontecimentos. Não examina o processo de desenvolvimento dos episódios nem esboça o quadro das condições internas dos fenômenos históricos.

(Continua na 2ª pag)
do Suplemento)

de trabalho e de concentração das massas, da conquista de novas bases e outros pontos de vendagem, da criação de equipes de jornalheiros próprios, da realização sistemática de comandos nos locais de trabalho, feiras e bairros mais populosos, da execução de uma constante e ampla propaganda de nossos jornais, etc. A atual campanha eleitoral facilita extraordinariamente atingirem tais objetivos. Uma preocupação essencial dos organismos em relação à imprensa deve ser, ainda, a criação de uma numerosa rede de correspondentes operários e populares, principalmente nas grandes empresas industriais e nas concentrações camponesas.

Os planos de trabalho visando à melhoria dos jornais e ao crescimento de sua difusão darão seus frutos, sob a condição de que sejam submetidos a um permanente controle nos organismos. Daí a necessidade de figurar sempre na ordem do dia das reuniões a questão da imprensa. De outro modo não será possível superar a subestimação atualmente existente pelos nossos jornais.

Possibilitando a discussão de tais problemas e a adoção de medidas concretas e adequadas, o IV Congresso do P. C. B. contribuirá seriamente para um rápido e efetivo progresso de nossa imprensa — que é, como assinalou o camarada Prestes, o principal instrumento de que dispomos para fazer chegar ao conhecimento de todas as classes e camadas sociais o nosso projeto de Programa.

Questões em Torno da Frente Única

Hélio Dias Lopes

O Estudo da História e a Realidade Brasileira

(Continuação da 1ª pág. do Suplemento)

Se não são atendidas essas regras fundamentais que, entre outras caracterizam o método dialético marxista, não adianta a alguém dizer que seu trabalho de história é elaborado dialeticamente, porque na verdade um tal trabalho não passa de um caos de acontecimentos fortuitos e em um montão dos mais absurdos erros, como caracteriza em seu Quarto Capítulo, a notável «História do P. C. U. S.».

Lênin nos ensina nos «Cadernos Filosóficos» que

«Do conjunto de todos os aspectos do fenômeno, da realidade e suas relações, eis de que se compõe a verdade».

Caio Prado Junior, em sua «História Econômica do Brasil», se revela então na prática um idealista confesso, anticientífico, como é fácil verificar. Ao se referir à economia do nosso país, no começo do século XIX (pag. 100), afirma que havia condições precárias de seu desenvolvimento e que um colapso não tardaria se a Providência não viesse em nosso auxílio. Essa «Providência salvadora» (trepe ele) chegou, trazendos a produção cafeeira e então, foi a salvação! Segundo Caio Prado Junior, o Brasil foi salvo pela Providência, ou seja, por uma divindade extra-terrena que interveio no momento crítico e tudo continuou muito bem...

Não há dúvida que um historiador que baseia a sua obra em tais critérios místicos e anticientíficos, deixou envolver-se inteiramente na magia, na crença em forças sobrenaturais, no casual, e através de semelhante história não «se compõe a verdade», porque muito, longe da «História» do camarada Caio estão «os aspectos da realidade e suas relações mútuas», a que se refere Lênin.

Uma história econômica que despreza a realidade, infringe assim na aplicação prática as leis da Economia Política que estudam o desenvolvimento social e não cumpre a sua missão obrigatória que é ensinar a classe operária como libertar-se, tornando-lhe conhecida «a situação dos diversos grupos sociais na produção e suas relações mútuas».

Pelo trabalho de «História Econômica do Brasil», de Caio Prado Junior, ficamos apenas sabendo que houve descobrimento, exploração do pau-brasil, produção e exportação de açúcar, perda do mercado açucareiro e desaparecimento de sua produção, incremento da mineração e decadência dessa atividade, volta novamente do crescimento da indústria açucareira e sua segunda liquidação, aparecimento e desaparecimento do algodão, o mesmo da borracha, o surgimento e expansão do cultivo dos cafezais (como obra e graça da Providência) — tudo aparecendo e desaparecendo no melhor dos mundos e no ambiente de intenso progresso, ainda que com algumas crises periódicas a que se refere de passagem.

Mas o porque de tudo não aparece e quando esboça uma explicação, apresenta pura teorização dogmática, fruto do seu subjetivismo anticientífico.

Melhor não fez o camarada Caio, em comparação com Roberto Simonsen, em matéria de história econômica. O antigo presidente da Federação das Indústrias de Paulo e destacado agente imperialista inglês, pelo menos, foi abundante em da-

dos estatísticos compilados através de seus inúmeros secretários e que usados com cautela servem de material de estudo. Mas todos aqueles erros intencionais, de interesse de classe, que Simonsen introduziu em seu trabalho certamente de caso pensado, veio Caio depois e cometeu-os todos, com a mais cândida falta de originalidade.

Vejamus nisto um só dos muitos exemplos nesse terreno.

O Tratado de Methuen, firmado em 1703 entre a Inglaterra e Portugal, visando assegurar mercado para o vinho do Pôrto, liquidou na prática todas as possibilidades de criação industrial no Brasil, de construção de portos, etc., agravou as contradições internas coloniais e reforçou o regime latifundiário em benefício da mineração de ouro e pedras preciosas. Abriu caminho para a dominação crescente dos ingleses na economia brasileira. Foi causa profunda que entre outras gerou o descontentamento popular libertador que cresceu e recrudesciu pelo século XVIII afora com os inconformes, os alfaiates, e muitos outros movimentos conhecidos.

Caio Prado Junior não viu nem sentiu o tratado e seus efeitos. Não o registra sequer. Não viu o estancamento de indústria pelos portugueses (em benefício sobretudo dos ingleses), o que foi imposto na base de ferro, fogo e esquarteramento, nem viu que com aquele chamado «tratado dos 3 artigos» a Inglaterra então principal exploradora, consolidou seu mercado industrial no Brasil e depois matou a agricultura açucareira nacional em benefício de suas colônias das Antilhas, do mesmo modo que fez com o algodão, depois.

Roberto Simonsen, como eficiente e consequente agente inglês no país, omitiu totalmente esse fato em sua história. O Tratado de Methuen não existe também em suas páginas. Caio seguiu nas suas águas fiavelmente e assim participou de uma escandalosa escamoteação deturpada de nossa história econômica. No historiador que serve o amo imperialista, ainda se compreende essa deturpação, porque está no seu triste papel. Mas num autor que invoca a dialética materialista para convencer o leitor da exatidão do seu trabalho, é que o fato se torna estranho.

A «História Econômica do Brasil» de Caio Prado Junior não vê que, mesmo com a independência política em 1822, todo o plano de dominação econômica continuou, subordinando-se o país aos interesses da Inglaterra, durante todo o século XIX, para depois ser objeto de disputa entre ingleses, alemães, franceses, japoneses e finalmente norte-americanos, que completaram (estes últimos) a sua hegemonia desde a 2.ª Guerra Mundial. Caio viu os esforços do povo para fazer avançar a economia brasileira, mas omite também figuras das próprias classes dominantes que se destacaram, como Mauá na indústria pesada, na navegação e nas ferrovias, Mariano Procópio, nas atividades rodoviárias, Alves Branco no lançamento das primeiras tarifas protecionistas em favor da industrialização nacional, Rebouças com seus esforços para modificações na agricultura, todos estes combatidos e aniquilados nos seus esforços pelos senhores imperialistas e seus aliados internos, os latifundiários, uns e outros, de mãos dadas,

desde o século passado, através dos governos imperiais.

Estes não são fatos isolados na «História Econômica do Brasil». Ela é toda elaborada para negar o que há de mais importante na vida do povo brasileiro: O Latifúndio e o Imperialismo.

Não há hoje quem negue honestamente ou desconheça que o problema do latifúndio no Brasil é uma constante desde os tempos das Capitânias, no século XVI. Sua estrutura semifeudal é responsável por todo o atraso na agricultura nacional, prejudicando assim mais de 70% da população brasileira. Da mesma forma o imperialismo norte-americano, que arrebatou a hegemonia de ingleses, franceses, alemães, etc., que passaram a socios menores, é o inimigo principal de nosso povo.

Caio Prado Junior nega, no entanto, a existência do latifúndio e não dá a mínima importância ao imperialismo.

Bastam algumas citações retiradas do bojo de seu trabalho para se comprovar esse fato incrível. Na página 261, afirma o autor o seguinte: «Um dos mais importantes fatos da moderna fase da economia agrária do Brasil é o desenvolvimento da pequena propriedade». Diz ele depois que, com a imigração no século passado, inicia-se o período da «organização agrária democrática»... «que condicionará o estabelecimento e o progresso em escala apreciável da pequena propriedade no Brasil...», página 262. Não bastando essas afirmações tão absurdas e desligadas da realidade, o camarada Caio vai mais longe e sal-se com esta: «Mas são as crises sucessivas do café que trarão em São Paulo a maior contribuição para o processo de desintegração do grande domínio agrário e sua substituição pela pequena propriedade». Ainda mais. «Estimulada por estes fatores a pequena propriedade irá em São Paulo num contínuo progresso».

Nada mais falso e subjetivo do que as afirmações citadas. Tudo, inclusive as estatísticas oficiais, desmentem a «História» de Caio Prado Junior.

No assunto do imperialismo se dá coisa semelhante. Caio evita falar em imperialismo, do mesmo modo que evita referir-se a latifúndio. «Por uma questão de método», conforme explica escreve toda sua «História», não vê, não fala, não registra a existência do imperialismo e das forças colonizadoras em nosso país. Termina praticamente a sua obra, e então introduz um apêndice, no seu compêndio, como se fora um nariz positivo, sobre o imperialismo. É o capítulo 25.º, autônomo dentro do trabalho, desligado de tudo, no qual diz que é impossível caracterizar a evolução do imperialismo «no Brasil como no resto do mundo», e, com essa tirada, afirma que ele, o imperialismo, «ao mesmo tempo que estimula as atividades e energias do país e lhe fornece elementos necessários aos seu desenvolvimento econômico, vai acumulando em passivo considerável e torna cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação».

Desculpando e sendo bom-zinho com o imperialismo, Caio encontra nele «um lastro positivo»... que «representa um grande estímulo para a vida econômica brasileira, que está sem dúvida no nível do mundo moderno, é em grande parte reflexo puro da ação imperialista. E

(Conclui na 3.ª página) Suplemento

A derrubada do governo de Vargas e a instauração de governo democrático de libertação nacional exige, como nos mostra o Programa do P. C. B., a formação de uma ampla frente-única antifeudal e antilimpialista, a frente democrática de libertação nacional, com a participação da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional, tendo por base a aliança operário-camponesa e como força dirigente a classe operária.

No entanto, surgem frequentemente incompreensões e tendências errôneas sobre a questão da frente-única, particularmente sobre a participação da burguesia nacional na frente democrática de libertação nacional.

As formulações do Manifesto de Agosto ainda não foram definitivamente extirpadas da nossa maneira de encarar os problemas da revolução brasileira. Ainda não substituímos aquelas formulações pelo Programa do Partido, como é necessário.

Podem ser apontadas, como surgindo mais frequentemente, as seguintes questões:

a) uma posição contrária à participação da burguesia nacional na frente-única;

b) a idéia de que a aliança com a burguesia nacional leva a anular as contradições de classe e a amainar a luta de classes;

c) a idéia de que, participando da frente-única, possa a burguesia nacional conduzir a revolução a rumos diversos dos que são traçados no Programa e de que o proletariado, uma vez aceitando a aliança com a burguesia nacional, tenha de fazer-lhe concessões, levando o regime democrático-popular a um desenvolvimento capitalista, contrário aos objetivos da classe operária.

Estas tendências são uma consequência, como deixa claro o camarada Prestes em seu informe sobre o Programa, da incompreensão da diferença entre a revolução nos países imperialistas e a revolução nos países coloniais e dependentes — diferença claramente exposta pelo camarada Stálin. Decorrem, igualmente, do desconhecimento ou da incompreensão de outro ensinamento de Stálin sobre o princípio tático do leninismo segundo o qual é indispensável a utilização obrigatória pelo Partido Comunista de cada país, da mínima possibilidade de assegurar ao proletariado um aliado de massas, embora temporário, vacilante, pouco sólido, inseguro. Baseado neste princípio tático do leninismo, diz Stálin, abordando questões da revolução chinesa:

«se apoderaram dos setores fundamentais da vida econômica da China e, reforçando seu direito à exploração do povo chinês, as tropas e a marinha».

«A fim de derrotar esses adversários poderosos são necessários, além de tudo o mais, uma política flexível e bem meditada do proletariado, a capacidade de utilizar cada brecha no campo dos adversários, a capacidade de encontrar aliados mesmo que sejam aliados vacilantes, pouco seguros, com a condição de que sejam aliados de massas, que não restrinjam a propaganda revolucionária e a agitação do partido do proletariado, não restrinjam o trabalho desse Partido na organização da classe operária e das massas trabalhadoras».

Estes ensinamentos de Stálin se aplicam perfeitamente ao nosso país. Aqui, como na China, lutamos contra um inimigo poderoso: os latifundiários e grandes capitalistas e o imperialismo americano. Enfrentamos o Estado feudal-burguês como todo seu aparelho de repressão.

A burguesia nacional é uma das reservas diretas da revolução no Brasil. Sua participação na frente-única é, portanto, indispensável para o bom êxito da revolução. A incompreensão desse pro-

Isto quer dizer que não há razão para temermos a participação da burguesia nacional na frente-única. O proletariado será a força hegemônica dessa frente, desde que eleve na luta seu grau de combatividade e de consciência, adquira na luta experiência crescente e realize uma justa política de aliados. O Partido, cuja existência é condição essencial e indispensável para que o proletariado conquiste a hegemonia, existe e é cada dia mais forte. É o nosso Partido, hoje armado com o seu Programa e os seus Estatutos. Nosso Partido tem todas as condições para assegurar ao proletariado a hegemonia na frente-única. A hegemonia do proletariado na revolução e no governo democrático de libertação nacional será a garantia de que o novo regime, o regime democrático-popular, terá um desenvolvimento não capitalista, apesar da participação da burguesia no governo que se formará com a revolução. Esse governo realizará de fato as transformações democráticas exigidas pelas necessidades já maduras de nosso país e de nosso povo.

blema se reflete, na prática, no trabalho de nosso Partido, levando-a que continuemos a incurrir em desvios sectários, a subestimar o trabalho de massas e a conquista de aliados. Um exemplo disso é a posição das organizações do Partido onde atuou diante da luta pela emancipação nacional.

A bandeira da luta pela emancipação nacional levantada pelo nosso Partido, aplicando na prática os ensinamentos de Stálin no seu discurso ao XIX Congresso do PCUS, abre imensas possibilidades para a mobilização de aliados, inclusive de vários setores da burguesia nacional. Entretanto, verifica-se ainda a resistência de organizações do Partido em buscar aliança com a burguesia nacional nessa luta, a trabalhar no sentido de ganhar pela frente de luta pela emancipação nacional os industriais e comerciantes, além de outras forças políticas.

A aliança com a burguesia nacional não leva, entre tanto, a amainar a luta de classes, não supera as contradições entre o proletariado e a burguesia. Essas contradições continuam e não devem ser amainadas. Uma das condições indispensáveis para ganhar a burguesia nacional para a frente-única é a intensificação da luta da classe operária por suas reivindicações específicas.

— Na própria frente-única não desaparecem as contradições. Pelo contrário, elas se manifestam agudamente. Aprendemos que no movimento de libertação nacional, existem duas correntes: a corrente democrático-nacional-burguesa e a corrente democrático-popular. A luta entre essas duas correntes dentro da frente-única representa a luta entre o proletariado e a burguesia pela hegemonia e pela determinação dos rumos da revolução. Dessa competição a classe operária sairá vitoriosa.

UMA TAREFA DE HOJE - ORGANIZAR A Frente Democrática de Libertação Nacional

MAIS de cinco meses são passados depois do lançamento do Programa do P.C.B. Já podemos conhecer até certo ponto a reação das massas diante do Programa do Partido e já possuímos também a rica experiência da discussão nos organismos partidários. Como recebeu a massa o Programa do Partido? Enorme foi o seu interesse. Inúmeros são os exemplos da grande aceitação que tem o Programa, tanto através dos debates, como nas sugestões e propostas para a melhor compreensão do Programa. Como receberam o Programa do P.C.B. os militantes do Partido? Com um entusiasmo extraordinário. Mas, apesar disso, não podemos afirmar que já se verificaram modificações sensíveis na luta do nosso povo por sua libertação. Por que? Creio que entre as massas populares e entre os militantes do nosso Partido não está havendo suficiente assimilação do Programa. Reduzidos são os debates sobre as suas bases e sobre seus fundamentos teóricos. Não existe ainda uma compreensão exata do verdadeiro papel do Programa do P.C.B. como arma de libertação de nosso povo. Precisamos, por isso, divulgar e popularizar mais o Programa do P.C.B. e esclarecer o seu conteúdo.

O Programa expõe de maneira breve os fins e as tarefas da revolução na sua atual etapa. Sabemos, assim, quais são, hoje, os fins que almejamos: liquidar o latifúndio e expulsar o opressor imperialista norte-americano, instaurar um regime democrático-popular. Que é preciso para isso? Substituir o governo de Vargas, ponto de apoio político do imperialismo norte-americano e expressão do regime de latifundiários e grandes capitalistas que impedem o desenvolvimento do Brasil. Como fazer isso? A experiência do movimento revolucionário internacional, especialmente da Revolução chinesa, nos ensina que existe uma força social capaz de destruir o regime de latifundiários e grandes capitalistas e liquidar com a dominação imperialista yanque. Essa força, diz nosso Programa, é a frente democrática de libertação nacional, frente-única de todas as forças democráticas e progressistas.

O projeto de Programa do PCB se apoia em algumas teses fundamentais. Uma delas é a que afirma haver hoje, em nosso país, todas as condições para organizar a frente-única de todas as forças democráticas e progressistas. Mas, como organizar essa frente democrática de libertação nacional?

O camarada Stálin nos ensina que a primeira condição para a vitória na luta de libertação nacional dos povos coloniais e dependentes, na época da revolução proletária mundial, época em que ela assume o tipo democrático-popular, é que esta luta seja feita sob a hegemonia do proletariado. E de que depende essa hegemonia? Entre outros fatores, depende de uma justa política de aliados. Quais são os aliados do proletariado na atual etapa da revolução? A análise da distribuição de forças, no momento atual, em nosso país, diz-nos que são as amplas massas camponesas, a pequena burguesia, a intelectualidade e a burguesia nacional. É a esmagadora maioria da população, atingida pela opressão imperialista norte-americana, pelas sobrevivências feudais e pelo latifúndio, que pode ser ganha para o campo da Revolução.

Mas como conquistar esses aliados e trazê-los à luta? Como estruturar a frente

democrática de libertação nacional?

A primeira coisa que precisamos compreender é que esses aliados não virão espontaneamente. Eles virão através da luta concreta, imediata, diária por suas reivindicações. A frente desta luta precisarão estar os comunistas.

Qual é a situação das massas populares? Já não é a mesma que há cinco meses. Houve um agravamento inaudito das condições de vida, atingindo não só o proletariado mas todas as camadas da população. Cresce a carestia, sucedem-se as violações às liberdades democráticas, intensifica-se a colonização do Brasil. É certo que a classe operária luta contra essa situação e por melhores condições de vida, mas não surgem grandes manifestações populares contra a política das atuais classes dominantes. Não se avoluma no ritmo necessário o movimento contra o governo antinacional de Vargas, pela conquista do governo democrático de libertação nacional.

É verdade que a hegemonia do proletariado no movimento revolucionário depende em última análise de uma estratégia e de uma tática justas, depende de seu partido de vanguarda. Mas depende também do ânimo revolucionário dessa vanguarda. Creio que isso é o que falta ainda em cada um de nós, militantes do Partido. A classe operária luta, mas não arrasta ainda as outras camadas da população. Diante da carestia e da exploração que aumentam, qual tem sido nossa posição à frente das massas populares? É ainda de conformismo, de falta de combatividade. Isso leva a que a classe operária lutou de certo modo sozinha e não conseguiu maiores êxitos e, ainda, a que não se ampliem, como é indispensável, as lutas, nem se avance, como é possível, na construção da frente-única. De quem a culpa? Só pode ser nossa, de todos nós, da nossa incompreensão de como desenvolver as lutas pelo nosso objetivo político fundamental — a derrubada do governo de traição de Vargas.

Não compreendemos ainda que o Programa é a grande arma que temos nas mãos para organizar as amplas massas e levá-las à luta, que o Programa do Partido é pa-

ra ser aplicado desde já. É na luta diária, a partir de hoje, por cada reivindicação concreta que faremos efetivamente do Programa grande arma para organizar as amplas massas. O Programa não é para ser aplicado somente após a tomada do poder. O Programa é um instrumento para a luta de hoje.

Temos duas grandes tarefas: a primeira é ganhar o Partido para o Programa; a segunda é transformar o Programa em programa de todo o povo. Que significa isso? Ganhar o Partido significa, fundamentalmente, fazer com que todo o Partido utilize o Programa para organizar a frente-única antifeudal e antiimperialista. Transformar o Programa em programa de todo o povo é fazer com que o povo lute, desde já, por sua aplicação, pela conquista de algumas das medidas que nele são apontadas. Isso quer dizer que é na luta por melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas, pela paz, pela independência nacional, que nós estruturaremos a frente democrática de libertação nacional. Concretamente, significa, hoje, estruturar a frente-única na luta contra o governo de Vargas, ponto de apoio político e social do imperialismo norte-americano.

FANY BASTOS

Na frente democrática de libertação nacional devemos dar importância especial à intelectualidade e à grande massa estudantil cuja tradição de lutas e combatividade são grandes. Muito importante é, ainda, sabermos manter uma posição justa diante da burguesia nacional. Stálin nos ensina que nos países coloniais e dependentes, na primeira etapa da revolução, a burguesia pode dela participar como aliada e que é preciso considerar o fator nacional. Creio que ainda está havendo entre nós certa incompreensão a esse respeito. Se queremos realmente trazer a burguesia nacional para a frente democrática de libertação nacional, é indispensável que defendamos suas reivindicações, dentro da frente-única, contra os prejuízos que lhe causa a dominação imperialista norte-americana.

Finalmente, não devemos esquecer um só instante que a frente-única é a aliança operário-camponesa. Isso significa que nós só estruturaremos a frente democrática de libertação nacional à medida que soubermos aliar a luta do proletariado, nas cidades, à luta das massas camponesas, no campo.

Organizar a frente democrática de libertação nacional é uma tarefa de hoje e nós só a cumpriremos se existir, em nós mesmos, a compreensão de que construiremos a frente-única na medida em que lutarmos praticamente pelas reivindicações concretas das várias forças que compõem a frente-única, inclusive da burguesia nacional. Isso exige, em primeiro lugar, liquidar com o sectarismo, voltar audazmente o Partido para as grandes massas e tomar a iniciativa de organizar a frente democrática de libertação nacional.

O ESTUDO DA HISTÓRIA E A REALIDADE BRASILEIRA

(Conclusão da 2ª página do Suplemento)

Na luta de nosso povo por sua libertação nacional, o estudo e a divulgação das teses do Programa, do mesmo modo que a sua aplicação prática imediata, são fatores de seu êxito. O conhecimento da História constitui ajuda útil para a execução dessa tarefa, mas é preciso que trabalhos de historiadores como este do camarada Caio Prado Junior não continuem a ser um impedimento e um fator de confusões tão grandes.

Só isto basta para mostrar que a «dialética em espécies» que Caio aplica na sua «História» leva aos mais grosseiros erros e confusões. Ele acredita também em que o imperialismo se está debilitando no nosso país, porque, segundo sua teoria, a remuneração que os imperialistas podem tirar se torna cada vez mais débil e precária, porque o Brasil se vê sempre em maiores dificuldades para atendê-la.

O camarada Caio demonstra não entender nada do problema imperialista. Escreveu seu trabalho desprezando os sábios ensinamentos dos clássicos e deitou sua própria imaginação a teorizar absurdos que hoje ninguém mais engole ingenuamente. Além disto, a classe operária não está no seu livro. O aparecimento do mundo socialista é silenciado. As lutas do povo para conquistas econômicas não aparecem.

A realidade brasileira não está por isto presente no estudo de «História Econômica do Brasil». O camarada Caio Prado Junior já devia ter iniciado inteira revisão do seu trabalho porque dele pouco se salva e aparecer com outro estudo que não seja assim pernicioso aos estudiosos como essa sua «História». É necessário que uma obra de história seja instrumento útil a todos nós que desejamos estudar a situação brasileira do passado, como caminho para melhor compreensão da realidade atual, de cuja análise marxista resultaram as conclusões teóricas que dão

forma e norteiam o Programa.

Na luta de nosso povo por sua libertação nacional, o estudo e a divulgação das teses do Programa, do mesmo modo que a sua aplicação prática imediata, são fatores de seu êxito. O conhecimento da História constitui ajuda útil para a execução dessa tarefa, mas é preciso que trabalhos de historiadores como este do camarada Caio Prado Junior não continuem a ser um impedimento e um fator de confusões tão grandes.

Rivadavia Mendonça — Rio, 14 de junho de 1954

Questões em torno dos Estatutos do P.C.B.

(Conclusão da 4ª página do Suplemento)

deliberações dos organismos superiores do Partido. É através da atividade desenvolvida pelas suas organizações e seus militantes que o Partido luta pela vitória do Programa do P.C.B.

Uma condição também indispensável para a militância no Partido é o pagamento pelas militâncias de suas mensalidades no devido tempo. Esta obrigação dos comunistas tem uma grande importância. O pagamento das mensalidades representa um laço material entre os militantes e o Partido. O membro do Partido que não se preocupa em estar em dia com a sua cota de finanças ao Partido é porque relaxa as suas obrigações partidárias e não se preocupa como é necessário com o Partido.

A definição das condições mínimas para o ingresso no Partido, exposta no artigo 2 dos Estatutos do P.C.B., reflete fielmente as exigências feitas pelo grande Lênin ao lançar os fundamentos orgânicos do Partido, assim como reflete as experiências do Partido Comunista da União Soviética e de nosso próprio Partido.

As Relações do Proletariado Com A Burguesia no Programa do P.C.B.

M. COELHO

O primeiro princípio leninista é o de que é indispensável, ao se tratar dos problemas da revolução em cada país, apreciar com toda exatidão a situação concreta e antes de tudo, a situação econômica deste país.

Qual é a situação do Brasil? A burguesia brasileira se dividiu em duas partes, e um desses setores é a burguesia nacional, que sofre com a opressão imperialista. Assim, luta ela pelos seus interesses e contra a opressão americana, ao lado das forças revolucionárias.

Em segundo lugar, aponta-se o Programa no princípio leninista de que necessitamos distinguir a situação entre os países opressores, imperialistas, da situação dos países explorados dependentes.

Sempre apresentamos a situação do Brasil como um país semi-colonial, mas daí não concluímos que a burguesia nacional pode participar da luta revolucionária.

O nosso Programa considera o princípio leninista de que é preciso levarmos em conta a necessidade de garantirmos e buscarmos aliados de massa, mesmo vacilantes, pusilânimes e temporários.

O Programa observa o terceiro princípio leninista de que devemos diferenciar dos interesses gerais da nação os interesses das massas oprimidas.

O Programa leva isto em conta ao levantar bem alto os interesses da classe operária e das massas oprimidas, na parte que vai do item 41 ao item 45.

As relações do proletariado com a burguesia, na presente etapa da revolução, foram, agora justamente esclarecidas.

Agora temos de levar em conta a advertência de Mao Tse-tung de que nesta fase da revolução é indispensável realizarmos uma luta ideológica contra as concepções burguesas que tentem dominar a massa trabalhadora e que penetram no Partido se não as combatermos de maneira intransigente e permanente

Sobre os artigos publicados na «Tribuna do IV Congresso»

Os artigos assinados, que saem na «Tribuna do IV Congresso», representam a opinião dos seus autores que, livremente, defendem seus pontos-de-vista.

Todo membro do Partido tem o direito de colaborar na «Tribuna do IV Congresso» e pode criticar os artigos nela publicados.

Derrubar Revolucionariamente o Governo de Vargas

QUESTÕES EM TORNO DOS ESTATUTOS DO P.C.B.

Pompeu LUCRÉCIO

A tarefa principal apresentada pelo projeto de Programa do P. C. B. é a de substituir o governo de Vargas, governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano, por um novo governo, o governo democrático de libertação nacional. O projeto de Programa, ao mesmo tempo que indica esta tarefa fundamental, mostra a inevitabilidade de sua realização: «É inevitável a substituição do governo de Vargas — diz o projeto de Programa — a revolução democrática de libertação nacional. O povo brasileiro levantará-se contra o atual estado de coisas; não admitirá que o governo Vargas reduza o Brasil a colônia dos Estados Unidos. O atual regime de exploração e opressão a serviço dos imperialistas americanos deve ser destruído e substituído por um novo regime, o regime democrático-popular».

A análise detida desta questão, da necessidade de derrubar revolucionariamente o governo de Vargas e substituí-lo por um governo que liberte o país do jugo dos imperialistas americanos, realize uma política de paz e execute profundas transformações democráticas, a fim de assegurar uma vida próspera, livre e feliz a nosso povo e da inevitabilidade desta substituição é de primordial importância para a compreensão do projeto de Programa. Esta importância decorre do fato desta questão tratar do poder, questão central de política. O partido do proletariado, o Partido Comunista, diferentemente de todos os demais partidos, na luta pela emancipação social do proletariado, pela derrubada do poder das classes opressoras e exploradoras e pela conquista do poder, faz uma política científica, isto é, uma política que, orientando-se pela teoria do marxismo-leninismo e pelo conhecimento das leis, reflete as necessidades já maduras do desenvolvimento material da sociedade e os interesses da classe operária e do povo.

Analisemos, pois, as necessidades já maduras do desenvolvimento material da sociedade brasileira e quais os interesses da classe operária e do povo. O Brasil, país no qual as relações de produção são predominantemente semifeadais, têm há muito o desenvolvimento das forças produtivas freado por estas relações de produção. As velhas relações de produção são mantidas pelas classes caducas de nossa sociedade, os latifundiários e grandes capitalistas que ligaram seus interesses aos dos monopólios americanos, a fim de defendê-los.

Assim, apesar de vivermos num país rico, nosso povo vive na miséria. Os imensos recursos de que dispomos são explorados, nosso povo é saqueado pelos imperialistas norte-americanos e seus lacaios internos, situação esta brutalmente agravada pela militarização da economia.

As forças produtivas não podem desenvolver-se por falta de um mercado interno, dada a baixa capacidade aquisitiva da população, principalmente dos camponeses que, constituindo 70 por cento da população brasileira, quase nada consomem devido às condições semifeadais em que vivem e vegetam. As forças produtivas são freadas em seu desenvolvimento pelo imperialismo norte-americano e por toda a política do governo de Vargas a ele submetida, com o objetivo de manter nosso país como fornecedor de matérias-primas e gêneros alimentícios e impedir a expansão industrial.

Desta forma, estala a arcaica estrutura econômica de nosso país. Esta situação não pode manter-se. É o que diz Stalin em sua obra «Materialismo Dialético e Histórico», definindo as exigências essenciais e as características da lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas: «... as relações de produção não podem atrasar-se por tempo demasiadamente longo em relação ao crescimento das forças produtivas, nem estar em contradição com as mesmas, porque as forças produtivas só podem desenvolver-se completamente quando as relações de produção correspondem ao caráter e ao estado das forças produtivas e dão livre curso ao desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, por mais que se atrasem em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção devem — cedo ou tarde — pôr-se em harmonia — e isto realmente acontece — com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, com o caráter das forças produtivas».

Por conseguinte, para assegurar o progresso do Brasil, é necessário substituir as relações de produção que impedem o seu desenvolvimento, é necessário eliminar as sobrevivências feudais, liquidar o monopólio da terra, realizar a revolução agrária, base e conteúdo da revolução democrático-popular. Mas esta revolução democrático-popular no Brasil não é somente dirigida contra as sobrevivências feudais. O imperialismo americano, com seus dólares e armas, é a força que apoia os latifundiários e grandes capitalistas que condenam a maioria da nação à miséria, à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição.

Dai decorre que, para liquidar as sobrevivências feudais no Brasil, é necessário travar ao mesmo tempo uma luta revolucionária contra o imperialismo americano no Brasil. Dai decorre também que para eliminar a opressão do imperialismo americano é necessário destruir as sobrevivências feudais. Por conseguinte, a revolução democrático-popular no Brasil é ao mesmo tempo, uma revolução anti-imperialista. A revolução no Brasil, da mesma forma como Stalin caracterizou o caráter da revolução chinesa, revolução inevitável, é a união das duas correntes do movimento revolucionário — o movimento contra as sobrevivências feudais e o movimento contra o imperialismo — eis a primeira conclusão a tirar.

Partindo daí, estabelece o projeto de Programa:

- a) No que se refere à revolução anti-imperialista, ponto II: «Confiscação de todos os capitais e empresas pertencentes aos monopólios americanos que operam no Brasil e anulação da dívida externa do Brasil com o governo dos Estados Unidos e os Bancos americanos»; ponto III: «Expulsão do Brasil de todas as missões militares, culturais, econômicas e técnicas norte-americanas».

- b) Revolução agrária. Ponto 37: «Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras gratuitamente aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nela queiram trabalhar para que as repartam entre si». Ponto 38: «Abolição de todas as formas semifeadais de exploração dos camponeses — meação, terça

e todas as formas de prestação de serviços gratuitos — abolição do vale e do barracão, e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas».

Para substituir as sobrevivências feudais é necessário uma força social para quebrar a resistência das forças interessadas na sua manutenção, o imperialismo americano e os latifundiários e grandes capitalistas serviais do imperialismo. Essa força social, que será capaz de dar livre curso em nosso país a lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, é a frente democrática de libertação nacional. Esta frente deve ser constituída pela aliança do proletariado, força hegemônica, com os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Estas classes sociais constituem a imensa maioria da população do país, que por ter seus interesses profundamente atingidos pelos feudais e pela exploração colonial pode e deve formar a grande força que liquidará o poder de Vargas, governo que, no momento atual, representa os interesses dos imperialistas americanos, dos latifundiários e grandes capitalistas a ele ligados e a segunda conclusão a tirar.

Partindo desta conclusão, diz o projeto de Programa do P. C. B.: «Para substituir o governo de Vargas pelo governo democrático de libertação nacional a aliança de operários e camponeses unir-se-ão os intelectuais patriotas, cientistas, escritores, artistas, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais que também sofrem com a atual situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores americanos. Unir-se-ão aos operários e camponeses, por idênticos motivos, os empregados no comércio, nos escritórios e nos bancos, os funcionários públicos, as pessoas que trabalham por conta própria, os sacerdotes ligados ao povo, bem como soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais das forças armadas. A aliança dos operários e camponeses unir-se-ão os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes que sentem as consequências desastrosas do domínio dos americanos e da política de traição nacional de Vargas, unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas americanos e sofrem os efeitos da política econômica e financeira de Vargas».

Vimos que é necessário substituir as velhas relações de produção. Como que fim vamos substituir essas relações de produção? Somos comunistas, lutamos pelo socialismo e pelo comunismo, por uma sociedade livre da exploração do homem e pelo homem, por uma sociedade onde haja pão e rosas para todos, segundo o dizer de Marx. Mas, existem atualmente as condições para essas transformações socialistas no Brasil? Evidentemente não. Não existem, nesse momento, as condições sociais, econômicas e políticas capazes de permitir essas transformações socialistas. Necessitamos, sim, afastar os obstáculos que existem, o jugo do opressor imperialista, a existência de relações semifeadais, para criar as condições objetivas e subjetivas que nos permitirão assegurar para o nosso povo sociedade que hoje se conta na grande União Soviética.

Por conseguinte, conforme diz o informe de Prestes sobre o projeto de Programa do PCB: «O projeto de Programa limita-se nas atuais condições do país, a levantar as massas populares do Brasil para a luta contra o domínio dos norte-americanos e contra o latifúndio e as sobrevivências feudais e visa reunir em torno da classe operária todas as forças progressistas e democráticas, populares, libertadores e nacionais do país».

Dai decorre que, por outros fatores internacionais e nacionais, também, o novo regime pelo qual lutamos, regime que deve substituir o atual regime de exploração e opressão, a serviço dos imperialistas americanos, será o regime democrático-popular. Dai decorre também que o novo governo a ser constituído após a derrubada do governo de Vargas, será o governo democrático de libertação nacional, governar que livrará o Brasil do imperialismo americano, executará uma política de paz, terminará com o latifúndio e as sobrevivências feudais, consignará em lei as profundas transformações democráticas — eis a terceira conclusão a tirar.

Analisando, pois, as necessidades já maduras do desenvolvimento material da sociedade e os interesses da classe operária e do povo, compreenderemos com toda a profundidade, o quanto é justa a formulação do projeto de Programa, dizendo que: «O PCB está convencido de que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional».

Sem dúvida, o estudo do projeto do Programa nos mostra cada vez mais como é um documento que constitui um todo único e harmônico, cujas partes se entrosam inteiramente as outras, tem um encadeamento lógico, rigoroso, e nos demonstra também que outros princípios e leis aplicadas à realidade brasileira de maneira criadora, permitiram a sua elaboração.

Resta dizer algumas palavras sobre a inevitabilidade da derrota do governo de Vargas, este governo cuja base de massas se retrai cada vez mais. O imperialismo americano, obrigado a arrancar lucros máximos de nosso povo, dá passos arriscados que o desmascaram como um dominador cada vez mais odiado por nosso povo. O Brasil está ameaçado de transformar-se em colônia dos Estados Unidos e diante desta alternativa, o povo imporá o governo democrático de libertação nacional.

Existem todos os fundamentos para a vitória dos povos que ainda vivem sob o jugo do capital, disse o camarada Stalin no seu discurso na sessão de encerramento do XIX Congresso do PCUS. Necessitamos ver as forças profundas que decidirão da situação de nosso país. Já começa a operar a tempestade que varrerá de nossa terra os atuais governantes. Sob a direção de nosso Partido, as forças profundas que se levantarão — os operários, tendo como aliados os milhões de camponeses, junto às demais forças progressistas do Brasil, conquistarão o governo de salvação do Brasil e da felicidade do povo brasileiro.

Escreve-nos o leitor Sebastião de Oliveira Santos, de Pelotas (Rio Grande do Sul), fazendo duas perguntas: Por que motivo o artigo 5 dos Estatutos estabelece que a admissão de novos membros no Partido é feita em caráter individual? Também os militantes recém-recrutados estão obrigados a cumprir as condições estipuladas no artigo 2 dos Estatutos do Partido?

RESPOSTA — A admissão no Partido Comunista do Brasil é realizada em caráter exclusivamente individual, isto é, não se admite o ingresso, no Partido, de pessoas em grupos.

Por que a admissão no Partido é individual?

Por dois motivos, fundamentalmente.

Primeiro, porque antes de determinada pessoa ingressar no Partido é necessário examinar detidamente as suas qualidades pessoais. O Partido só admite em suas fileiras aos melhores filhos da classe operária e do povo, aos homens e mulheres que sejam realmente dignos de conduzir o honroso título de membros do partido do proletariado. É indispensável, por isso, que antes do candidato ingressar no Partido, se conheça a sua vida, as suas atividades, as suas tendências, etc. E isso exige, naturalmente, que a admissão de novos membros no Partido só se realize após um estudo individual de cada caso, à base da proposta e recomendação feitas por um membro do Partido que tenha, no mínimo, um ano de militância, conforme estabelece o artigo 6 dos Estatutos. Se fosse permitida a admissão em bloco, esse exame e essa seleção não seriam possíveis. E isso resultaria em evidentes prejuízos para a composição do Partido.

Segundo, porque o Partido não pode admitir a existência de grupos em suas fileiras. Não podem existir no partido outras organizações além das próprias organizações do Partido. A existência de tais grupos é incompatível com a unidade do Partido e com a rigorosa disciplina que deve haver, necessariamente, em suas fileiras. O Partido, para que possa cumprir a sua missão, deve atuar sempre segundo um plano único e sob uma única direção a que se submetem, invariavelmente, todos os organismos do Partido. Ensina o camarada Stalin que o Partido é um sistema único de organizações, «com órgãos superiores e inferiores de direção, com a subordinação da minoria à maioria, com resoluções práticas, obrigatórias para todos os membros do Partido. Sem estas condições, o Partido não estaria em condições de ser um todo único organizado, capaz de levar a cabo a direção sistemática e organizada da luta da classe operária.» A existência no Partido de diversos centros, em lugar de um centro único, levaria ao rompimento da unidade de vontade e de ação, ao debilitamento e decomposição da disciplina, seria, enfim a admissão do fracionismo no Partido.

Por tais razões, o ingresso de novos militantes no Partido é realizado em caráter estritamente individual.

Vejam a segunda parte da pergunta.

As condições para que possa alguém considerar-se membro do Partido, estabelecidas no artigo 2 dos Estatutos do P.C.B., dizem respeito a todos os militantes do Partido, indistintamente;

portanto, também, ao recém-recrutado. Como é, entretanto, fácil de compreender, torna-se necessária uma assistência especial aos camaradas recém-admitidos no Partido para que eles possam rapidamente compreender a importância que têm essas condições. Isso terá de ser feito no próprio processo de sua atividade nos organismos de que façam parte. Segundo define o artigo 2 dos Estatutos,

«Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido, contribui para sua aplicação, milita em uma de suas organizações, cumpre todas as decisões do Partido e paga as contribuições estabelecidas.»

O Partido confere imensa significação à qualidade de membro do Partido. Lenin e Stalin sempre manifestaram extraordinário zelo em relação à pureza das fileiras do Partido, à elevação do título e da significação de membros do Partido. «Não há nada superior ao título de membro do Partido, cujo fundador e chefe é o camarada Lenin» — disse Stalin.

As condições definidas no artigo 2 dos Estatutos elevam a uma nova altura, em nosso Partido, o título de membro do P.C.B.

A primeira condição para ser membro do Partido é a aceitação de seu Programa e de seus Estatutos. Isso é indispensável para que exista a unidade ideológica (à base do Programa), apoiada na unidade material, orgânica (à base dos Estatutos). A força do Partido decorre da unidade firme e inquebrantável de suas fileiras, da coesão entre todos os seus membros para a luta pelos objetivos comuns expostos no Programa e nas resoluções do Partido.

Entretanto, não é suficiente a mera aceitação do Programa e dos Estatutos. O Partido Comunista é um partido revolucionário, de luta, que não somente proclama os grandes objetivos expostos no Programa e as normas de sua atividade estabelecidas nos Estatutos, mas combate resolutamente pela sua conquista e sua aplicação. Não basta, portanto, uma aceitação platônica do Programa e dos Estatutos. O Partido exige de todos e cada um de seus membros que eles entreguem sua capacidade, sua experiência e suas energias à luta pela vitória do Programa e pela rigorosa aplicação dos Estatutos.

Mas os membros do Partido só poderão lutar com resultados positivos e, portanto, contribuir para a aplicação do Programa e dos Estatutos uma vez que se achem sólidos e estreitamente unidos numa organização do Partido, obrigando-se a cumprir, como um só homem as decisões do Partido. É imprescindível ao Partido, ao lado da unidade de vontade, a mais firme unidade de ação. Dai os Estatutos estabelecerem, como condição indispensável para ser membro do Partido, a atuação em uma de suas organizações e a subordinação irrevocável de cada militante às decisões do Partido. As organizações do Partido dirigem e controlam a atuação de seus membros. As reuniões ordinárias e as assembleias gerais discutem todas as questões relacionadas com a atividade dos comunistas, tomam resoluções e indicam as tarefas decorrentes das

(Conclui na 2.ª pag. do Suplemento)